



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 085 - SÁBADO, 27 DE MAIO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<p style="text-align: center;">LÍDER Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER José Jorge – PFL</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE JACINTO MACHADO – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 216, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação dos Amigos da Rádio Comunitária de Jacinto Machado – SC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 206, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL SENHOR BOM JESUS DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 207, DE 2006

Aprova o ato que outorga concessão à S.M – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de novembro de 2003, que outorga concessão à S. M. – Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE MAIRINQUE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 191, de 1º de março de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Mairinque a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 209, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RUI BARBOSA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RUI BAROMEU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 421, de 12 de novembro de 2004, que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VARZEA DO CURRAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 646, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Varzea do Curral a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2006

Aprova o ato que autoriza o EDUCANDÁRIO BATISTA DE PORTO VELHO – EBPV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 87, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EBPV a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO ALTERNATIVA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 478, de 22 de setembro de 2003, alterada pela de nº 45, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 214, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ATALAIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DIAMANTINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PROFESSOR FALCÃO – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 263, de 1º de junho de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BARROS CASSAL – ASCOBAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JERUSALÉM DE RÁDIO-DIFUSÃO E AÇÃO SOCIAL – JERUSALÉM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 138, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO OCEÂNICA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 328, de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Rádio Oceânica FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 68ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Saúda realização do II Fórum Nacional Extraordinário promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em Brasília. 18292

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Homenagem ao PDT, que comemorou aniversário no dia 12 do mês em curso. 18298

SENADOR WELLINTON SALGADO – Leitura de comunicado da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia-MG dirigido a S. Exª e ao Senado Federal, com os cumprimentos à Casa pela iniciativa de votar projetos relacionados à área de segurança. 18306

SENADOR PEDRO SIMON – Críticas à cúpula do PMDB. Manifesta desapontamento com os rumos que seu partido, o PMDB está tomando. ... 18306

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Designação de Deputados para compor a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas casas do Congresso Nacional, nos termos do Ofício nº 1.148, do Presidente da Câmara dos Deputados. 18315

1.2.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro das matérias intituladas “As mil e uma faces de Lula em crise”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 6 de maio do corrente e “Um mensalão para a Bolívia”, de autoria do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 9 de maio do corrente. 18315

SENADOR LUIZ PONTES – Registro da matéria intitulada “Além do acaso”, de autoria do jornalista Reinaldo Azevedo, comentando o lançamento do livro “Arte da Política”, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada pela revista **Primeira Leitura**, edição de maio do corrente. 18318

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Heloísa Helena afirma que no PT há pessoas capazes de matar”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de maio do corrente. 18320

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro do artigo intitulado “A política externa ruiu”, de autoria da jornalista Suely Caldas, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de maio do corrente. 18321

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentário sobre a matéria intitulada “CPI intima Silvinho a depor sobre R\$1 bi no valerioduto”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de maio do corrente. 18322

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “O dedo de Cuba na nacionalização”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** de 14 de maio do corrente. 18324

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro das matérias intituladas “Força reúne 1,2 milhão de pessoas e ataca Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 2 de maio do corrente e “Eis o resultado da política externa de Lula”, publicada pela revista **Exame**, edição de 10 de maio do corrente. 18326

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre reportagem intitulada “Jogo do Bilhão” publicada pela revista **IstoÉ Dinheiro**, edição de 15 de maio do corrente. 18331

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do artigo intitulado “Beco sem saída”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de maio do corrente. 18332

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “Integrante da CNBB critica Bolsa Família”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 de maio do corrente. Considerações sobre as medidas emergenciais que o Governo Federal anunciou ontem para tentar diminuir os problemas do setor agrícola. 18334

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do editorial intitulado “Vergonha em Viena”, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 14 de maio do corrente. 18336

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Momento difícil por que passa o país. Necessidade de adoção de uma visão empreendedora dos negócios brasileiros e do combate à corrupção..... 18337

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

- 2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**
- 52ª LEGISLATURA**
- 3 – SECRETARIA DE COMISSÕES**
- 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
- 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**
- 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
- 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

- 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**
- 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

- 10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**
 - 11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
 - 12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**
 - 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**
 - 14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**
-

Ata da 68ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Pedro Simon, Paulo Paim e Wellington Salgado de Oliveira

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Há lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, Presidente em exercício desta sessão do Senado Federal, Senador Cristovam Buarque, ao olhar para o plenário e perceber a presença de dois presidenciáveis – Senador Pedro Simon, que registrou sua candidatura ontem, e Senador Cristovam Buarque, candidato pelo PDT –, eu me lembro da alegria do povo gaúcho naquela audiência pública que tivemos na segunda-feira, com a presença do Senador Pedro Simon, que fez um belo pronunciamento para cerca de mil gaúchos, líderes de todo o Estado, no Dante de Oliveira. Lembro-me também do belo pronunciamento que fizeram os Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp e a Senadora Heloísa Helena e também os Deputados que lá estiveram presentes.

Esta semana foi muito boa para mim, Sr. Presidente. Primeiro, porque nós a iniciamos com esse grande evento de segunda-feira. Quero registrar a interferência de V. Ex^a, que colaborou, junto com o Senador Sérgio Zambiasi, que também fez um pronunciamento, criticando de forma dura, e, claro, com o meu total apoio, o fator previdenciário, projeto que nós haveremos de revogar este ano no Senado.

A repercussão dessa audiência pública foi muito boa e contribuiu, inclusive, Senador Cristovam Buarque, para que a Assembléia, em seguida, aprovasse o piso regional. Queríamos que isso acontecesse. Não éramos nós que iríamos decidir qual seria o valor. Mas, sem sombra de dúvida, quando a Comissão Mista vai ao Paraná e faz a defesa do piso regional, a favor, inclusive, da posição do Governador Roberto Requião, que queria aprová-lo – como aprovamos –; quando vamos ao Rio Grande do Sul e percebemos que se construiu,

no fim, um grande entendimento para se aprovar o piso regional; quando percebemos que o debate caminhou, que o aposentado terá uma política permanente de recuperação de seus vencimentos; quando percebemos que foi unanimidade lá, que não houve um Deputado, um Senador, um Líder, no plenário, que tenha ficado a favor do fator previdenciário, pois todos disseram que tem que ser revogado, porque somos o único País do mundo que ainda adota esse famigerado fator, que não trabalha nem com a aposentadoria por idade, mas com a expectativa de vida do brasileiro; quando isso tudo acontece, eu só posso ficar feliz, como fiquei, com a repercussão em todo o Estado.

Num segundo momento, Sr. Presidente, acabei participando, aqui em Brasília, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com cerca de 800 lideranças de todo o País. Fiquei muito tranquilo, porque fiz uma exposição realista, dizendo todo o tempo o que é que significa, de novo, a não-recomposição dos benefícios dos aposentados – repito que vamos derrubar o fator previdenciário –, fiz uma análise da situação e da aplicação do Estatuto do Idoso no País e vi a forma carinhosa e respeitosa como aquele público nos recebeu.

Sr. Presidente, havia três projetos em votação na Comissão de Assunto Sociais, que conseguimos votar também na quarta-feira. Primeiro, havia uma grande discussão sobre se deveríamos ou não assegurar a periculosidade para os eletricitários e também para os carteiros.

Felizmente, depois de um longo debate, aprovamos para ambos em caráter terminativo e esperamos que sejam votados em breve na Câmara. Se houver recurso para o Plenário, faremos o debate desse tema tão importante, que beneficia milhões de homens e mulheres no nosso País.

Também aprovamos, de forma definitiva – o Senador Pedro Simon e o Senador Cristovam passaram por lá e deram o seu apoio –, a regulamentação dos nossos técnicos, técnicos agrícolas, técnicos na área química, de todos aqueles que passam pelas escolas técnicas. A partir da redação dada por esse projeto encaminhado, que aponta, inclusive, como serão os

reajustes dos seus vencimentos no futuro, também avançamos, com certeza absoluta.

Além disso tudo, Sr. Presidente, que é muito importante, é bom vir à tribuna falar sobre o Fundeb, um tema da área do Senador Cristovam Buarque.

Está-se realizando em Brasília, um grande encontro que reúne cerca de 1,1 mil profissionais Secretários de Educação dos Municípios. Tive oportunidade de estar com eles, que me pediram para comentar sobre o evento. Por isso, Sr. Presidente, passo a discorrer sobre o assunto.

Sr. Presidente, venho à tribuna para registrar, na íntegra, o documento que recebi, formulado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, sobre a proposta de Emenda Complementar que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, PEC nº 009, de 2006.

A categoria participou desse evento de 22 a 25 deste mês, onde, repito, estavam cerca de 1,1 mil profissionais da área, Secretários Municipais de Educação, debatendo o tema.

Lembram eles que a entidade vem contribuindo com o debate sobre o Fundeb desde 2003. A entidade reúne os 5,56 mil responsáveis pela gestão municipal. As deliberações da Undime são tomadas em suas instâncias nacionais – o Fórum Nacional, o Conselho Nacional de Representantes e a Diretoria Executiva –, em um procedimento que respeita a pluralidade política dos dirigentes e garante o exercício democrático do debate.

Nessa linha, foram conduzidos os debates do Fundeb e seus produtos: a elaboração e a divulgação de documentos que confirmam a participação em audiências e em eventos diversos sobre esse tema.

Citarei algumas etapas pelas quais a entidade passou discutindo esse tema.

Em novembro de 2003, foi divulgado o estudo “Simulando resultados para alternativas de financiamento”, com o objetivo de subsidiar o debate sobre o fundo para a educação.

Em junho de 2004, apresentou o estudo ao seu Conselho Nacional de Representantes, que, após debate, aprovou o apoio da entidade ao Fundo único para educação básica.

No segundo semestre de 2004, participou de diversos encontros, colóquios, teleconferências, debatendo a proposta do Fundeb divulgada pelo Ministério da Educação, criticando e propondo modificações. Esta foi a linha que V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, também adotou: não era contra, não é contra, mas propõe alterações. Com certeza, com a redação final que será dada em plenário pelo Senador José Jorge, avançaremos.

Na mesma época, a entidade promoveu estudo sobre os percentuais de diferenciação dos valores de investimento por aluno entre os níveis e as modalidades.

Durante os anos de 2004 e 2005, discutiu com o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação, Consed, uma participação mais efetiva da União no financiamento da educação básica por meio de um percentual fixo, além da devolução imediata dos valores desviados da educação por aquele famigerado instrumento que chamamos de DRU.

Em maio de 2005, retomou o debate sobre o Fundeb, com mais de mil dirigentes presentes ao 10º Fórum Nacional, que referendaram essa posição do Conselho.

No segundo semestre de 2005, participou intensamente da mobilização “Fundeb pra Valer”, organizada pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, em defesa da inclusão das creches no Fundeb.

Em dezembro de 2005, reunido o Conselho Nacional de Representantes, novamente o Fundeb foi debatido, e o apoio da entidade foi reiterado pelo seu conselho.

Agora, em 2006, participou das audiências públicas realizadas pela CCJ, no Senado, com o objetivo de aprimorar e avançar a PEC aprovada na Câmara. Na ocasião, a Undime retomou seus pontos de pauta: consideração das metas do Plano Nacional de Educação como norte da política de expansão das matrículas na educação básica; inclusão das creches; determinação, no projeto de lei, dos valores de investimento por aluno, baseada em estudos concretos; garantia dos atuais valores **per capita** mínimos para o ensino fundamental; garantia de um percentual fixo de complementação da União; não desvinculação das receitas da União.

Como resultado, a Undime, o Consed e o Mec, por meio de cartas conjuntas, declararam o apoio ao Fundeb.

Em seguida, concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

No documento que recebemos, a entidade declara que a Undime e certamente as demais instituições educacionais, como o Consed e as mais de 120 entidades que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, aguardam que o relatório aprovado na CCJ seja votado no plenário do Senado Federal, para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade que todos queremos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos que a educação é uma das chaves para que possamos alcançar uma sociedade digna e justa para todos, longe da exclusão e da violência, como fala muito o Senador Cristovam.

O debate sobre o Fundeb vai nessa linha. Por isso, devemos dar a ele toda a nossa atenção. Ele merece. Está aí o futuro da nossa juventude, de todo o nosso povo, de toda a nossa gente, enfim, das crianças e de todos os brasileiros. Buscamos uma educação justa, adequada, com qualidade para todos. O nosso País merece.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam, que, sem sombra de dúvida, é um especialista nesta área, um dos melhores que este País já teve.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paim, em primeiro lugar, obrigado pelos comentários. Parabenizo V. Ex^a por ter trazido este tema à tribuna. A Undime é uma instituição que deveríamos olhar com mais cuidado, com mais respeito, porque ela reúne todos os secretários municipais de educação, como disse V. Ex^a. Essa carta deles é extremamente positiva. Eu só discordaria quando dizem que a educação é uma das chaves, porque a educação, na verdade, é a chave.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Ela abre as outras portas. Ela não é suficiente, mas abre as portas para um País e para uma pessoa. Com relação ao Fundeb, é uma pena que ele ainda esteja circulando sem ser aprovado. Mas a culpa, a responsabilidade não é desta Casa. O projeto do Fundeb foi entregue à Casa Civil no ano de 2003, pronto, e ficou lá engavetado. É claro que há razões, Sr. Presidente; há essas crises todas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Quem foi que entregou o projeto à Casa Civil?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu entreguei o projeto no dia 15 de dezembro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quando V. Ex^a era Ministro ainda.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quando era Ministro da Educação. Entreguei esse projeto e também um programa de emergência para resolver a situação das universidades – um programa emergencial. É uma pena que esse projeto tenha ficado tanto tempo engavetado, embora eu ache, é claro, que seria preciso alguns meses para se negociar. Não bastava aquilo que eu deixei lá. Aquilo não podia vir para esta Casa daquela forma, mas exigia uma pactuação – essa palavra hoje tão usada – com os Municípios e com os Governos Estaduais. Mas não precisava ter esperado tanto. O tempo que aqui ficou foi suficiente e necessário para se fazerem algumas melhorias. Por exemplo, foi aprovada na CCJ uma emenda, que eu tive o prazer de apresentar, proibindo o contingenciamento do Fundeb. Esquecemos que o Fundef – a parte que cuida do Ensino Fundamental e que o Presidente Lula está ampliando agora para Ensino Médio e pré-

escola – tem dez anos e não resolveu nada. Ajudou. É importante esclarecer o seguinte: quando digo que não resolveu não quer dizer que seria melhor sem ele. Não. O Fundef foi uma das boas coisas que o Governo Fernando Henrique fez, mas uma boa coisa pequeninha diante da dimensão do problema. O Fundef vem sendo contingenciado ao longo de toda a sua história no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula. O medo que temos é que o Fundeb seja uma ficção, como tem sido o Orçamento – disponibiliza-se o dinheiro, e ele não é gasto. Segundo avanço: o projeto que foi entregue em 2003 previa R\$ 4,5 bilhões; o projeto que veio agora previa um pouco mais de R\$ 1 bilhão, e a Câmara aumentou esse valor para R\$ 1,9 bilhão, e só chegaria a R\$ 4 bilhões em 2010. O Senado aprovou uma emenda antecipando os R\$ 4 bilhões, e espero que o Presidente Lula não vete, porque é insignificante para o Orçamento nacional e é pouco ainda, mas já é uma ajuda. Esse tempo que o projeto passou nesta Casa foi positivo para melhorar o Fundeb. Agora, estou de acordo com seu apelo e da Undime – e o próprio Senador José Jorge fez esse apelo na Comissão de Educação, recentemente. Aproveemos rapidamente isso, quanto mais cedo melhor, para que possamos dar um passo. Cuidado: não vamos cair na armadilha, mais uma vez, da mentira de dizer que o Fundeb vai resolver a educação. Nem de longe isso vai acontecer. É um passo positivo, mas precisamos fazer uma corrida contra o tempo por tudo o que não fizemos nos últimos 30 anos. Parabéns a V. Ex^a e parabéns à Undime. Vamos trabalhar para aprovar o mais rápido possível o Fundeb, sem iludir o povo, dizendo que é um passo, mas não é a linha de chegada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, agradeço a V. Ex^a o aparte. Sinto-me contemplado, na íntegra, quando V. Ex^a deixa muito claro que o Fundeb é mais um passo. É claro que ninguém imagina que, com isso, os problemas de educação do nosso País sejam todos resolvidos. Quero também dizer, Senador Cristovam, que a sua contribuição nesse debate que acompanhei foi de suma importância. Quando V. Ex^a diz que voltamos para os R\$ 4 bilhões, como era a proposta original, tenho certeza de que não vai haver veto, porque isso está sendo fruto – por tudo que tenho conversado, inclusive com o Senador José Jorge – de um amplo acordo. Uma vez o projeto retornando para a Câmara, deverá ser aprovado da mesma forma como o foi nesta Casa. A Câmara cumpriu a sua parte, o Senado o ampliou, e o Presidente não há de vetá-lo, pelo menos são as informações que tenho até o momento.

Cumprimento a Undime pela iniciativa. Quem assina o documento, que peço seja transcrito nos Anais da Casa, é Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva,

Dirigente Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, e Presidente da Undime.

É um documento muito preciso, mas não comentei todo ele. Aqui ele elogia inclusive o trabalho do Relator, Senador José Jorge, pela forma como encaminhou esse debate.

Sr. Presidente, quero fazer duas correções. Primeira: o projeto dos técnicos agrícolas, aprovado nesta Casa, na quarta-feira, não é de minha autoria; fui Relator, construí uma proposta na linha das emendas que chegaram a mim, mas sou apenas Relator da matéria, que fortalece a profissão dos técnicos. O outro projeto, de que eu não havia falado, trata do ortopedista. Deste, sim, sou o autor, como daquele dos carteiros e dos eletricitários. Mas todos os projetos são, na verdade, uma construção coletiva da Casa, por isso, a minha alegria.

Senador Pedro Simon, fiquei muito contente ao saber que, em Porto Alegre, V. Ex^a, que não é do meu Partido, fez um belo pronunciamento falando da importância do viés social desses projetos em que atuo aqui, que tratam dos discriminados, dos deficientes, dos idosos, dos assalariados, dos desempregados, dos índios. Para mim, foi muito prazeroso ouvir a fala de V. Ex^a e a do Senador Cristovam.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje venho até esta tribuna para registrar na íntegra documento recebido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, sobre a Proposta de Emenda Complementar que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a PEC 009/06.

A categoria esteve participando de 22 a 25 desse mês num encontro que reúne 1.100 secretários municipais de educação para debater o tema.

Desde 2003, a entidade vem contribuindo com o debate sobre o Fundeb. A entidade reúne os 5.560 responsáveis pela gestão municipal. As deliberações da Undime são tomadas em suas instâncias nacionais: o Fórum Nacional, o Conselho Nacional de Representantes e a diretoria executiva. Em um procedimento que respeita a pluralidade política dos dirigentes e garante o exercício democrático do debate.

Nessa linha foram conduzidos os debates do Fundeb e seus produtos: a elaboração e a divulgação de documentos e participações em audiências e em eventos diversos.

Citarei aqui algumas das etapas pelas quais a entidade passou:

- em novembro de 2003, divulgou o estudo “Simulando resultados para alternativas de financiamento” com o objetivo de subsidiar o debate sobre fundos para a educação;

- em junho de 2004, apresentou o estudo ao seu conselho nacional de representantes que, após debate, aprovou o apoio da entidade a um fundo único para a educação básica;

- no segundo semestre de 2004, participou de diversos encontros, colóquios, teleconferências, debatendo a proposta de Fundeb divulgada pelo Ministério da Educação, criticando e propondo modificações no texto da Proposta de Emenda Constitucional;

- na mesma época, promoveu estudo sobre os percentuais de diferenciação dos valores de investimento por aluno entre os níveis e as modalidades;

- durante os anos de 2004 e 2005, discutiu com o Ministério da Educação juntamente com o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) uma participação mais efetiva da União no financiamento da educação básica por meio de um percentual fixo, além da devolução imediata dos valores desviados da educação pelo instrumento da DRU;

- em maio de 2005, retornou o debate sobre o Fundeb com mais de mil dirigentes presentes ao 10º Fórum Nacional que referendaram o posicionamento do conselho;

- o segundo semestre de 2005, participou intensamente da mobilização Fundeb pra Valor! Organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em defesa da inclusão das creches no Fundeb;

- em dezembro de 2005, reunido o conselho nacional de representantes, novamente o Fundeb foi debatido e o apoio da entidade foi reiterado pelo conselho;

- e, agora, em 2006 participou das audiências públicas realizadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aqui do Senado com o objetivo de aprimorar a PEC aprovada na Câmara. Na ocasião, a Undime retomou seus pontos de pauta: consideração das metas do Plano Nacional de Educação, como norte da política de expansão das matrículas na educação básica; inclusão das creches; determinação, no projeto de lei, dos valores de investimento por aluno baseada em estudos concretos; garantia dos atuais valores *per capita* mínimos para o

ensino fundamental; garantia de um percentual fixo de complementação da União; não desvinculação das receitas da União.

Como resultado a Undime, o Consed e o MEC, por meio de cartas conjuntas, declararam seu apoio ao Fundeb.

No documento que recebemos a entidade declara: “a Undime e, certamente, as demais instituições educacionais, como o Consed e as mais de 120 entidades que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação aguardam que o relatório aprovado na CCJ seja prontamente votado no plenário do Senado Federal, para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade que todos queremos”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que a educação é uma das chaves para que alcancemos uma sociedade

de digna e justa para todos, longe da exclusão e violência. O debate sobre o Fundeb vai nessa linha, por isso, devemos dar a ele a atenção merecida para que nossos jovens, crianças e todos os brasileiros tenham a educação e País que merecem.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a o registro nos Anais da Casa do documento anexo ao meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 23 de maio de 2006.

UNDIME SOLICITA A APROVAÇÃO DA PEC 009

Senhores Senadores e Senhoras Senadoras,

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é uma entidade plural que reúne os 5560 responsáveis pela gestão da educação municipal. As deliberações da entidade, instituída há 20 anos, são tomadas em suas instâncias nacionais, quais sejam: Fórum Nacional, Conselho Nacional de Representantes (composto por 104 dirigentes – 4 de cada Estado), diretoria executiva (composta por doze membros eleitos). Esse procedimento respeita a pluralidade política de nossos dirigentes e garante o exercício democrático do debate norteado pela ética.

Dessa forma, a entidade vem, desde 2003, contribuindo com o debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, por meio da elaboração e da divulgação de documentos, da participação em audiências e em eventos diversos:

- em novembro de 2003, divulgou o estudo "Simulando resultados para alternativas de financiamento" com o objetivo de subsidiar o debate sobre fundos para a educação;
- em junho de 2004, apresentou o estudo ao seu conselho nacional de representantes, formado por 104 dirigentes, que, após debate, aprovou o apoio da entidade a um fundo único para a educação básica;
- no segundo semestre de 2004, participou de diversos encontros, colóquios, teleconferências, debatendo a proposta de Fundeb divulgada pelo Ministério da Educação, criticando e propondo modificações no texto da Proposta de Emenda Constitucional;
- na mesma época, promoveu estudo sobre os percentuais de diferenciação dos valores de investimento por aluno entre os níveis e as modalidades;
- durante os anos de 2004 e 2005, discutiu com o Ministério da Educação, juntamente com o Consed – Conselho Nacional de Secretários da Educação, uma participação mais efetiva da União no financiamento da educação básica por meio de um percentual fixo, além da devolução imediata dos valores desviados da educação pelo instrumento da DRU;
- em maio de 2005, retomou o debate sobre o Fundeb com os mais de mil dirigentes presentes ao 10º Fórum Nacional que referendaram o posicionamento do conselho;

- no segundo semestre de 2005, participou intensamente da mobilização Fundeb pra Valer!, organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em defesa da inclusão das creches no Fundo;

- em dezembro de 2005, reunido o conselho nacional de representantes, novamente o tema do Fundeb foi debatido e o apoio da entidade foi reiterado pelo conselho;

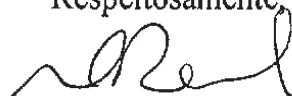
- e, agora, em 2006 participou das audiências públicas realizadas pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal com o objetivo de aprimorar a PEC aprovada na Câmara. Na ocasião, a Undime retomou seus pontos de pauta: consideração das metas do Plano Nacional de Educação, como norte da política de expansão das matrículas na educação básica; inclusão das creches; determinação, no Projeto de Lei, dos valores de investimento por aluno baseada em estudos concretos; garantia dos atuais valores per capita mínimos para o ensino fundamental; garantia de um percentual fixo de complementação da União; não desvinculação de receitas da União.

Além dessas ações, a Undime, com o Consed e o Ministério da Educação, firmaram cartas-conjuntas de apoio ao Fundeb. Inclusive, tais cartas foram citadas por diversos senadores nas audiências da CCJC.

Das nossas 26 seccionais, apenas a Undime/ RS, desde maio de 2005, não compartilha com o formato de fundo único aprovado no 10º. Fórum Nacional pela entidade para o Fundeb. Dessa forma, vencidas todas as etapas de debates e de deliberações, a Undime reafirma o apoio à PEC, aprovada por ampla maioria na Câmara dos Deputados e que, hoje, já se tornou uma proposta pluripartidária da sociedade brasileira, e ao relatório do Senador José Jorge acerca da PEC 009/ 06 que aprimorou o texto da Câmara - excetuando-se o parágrafo 2º. do art. 60.

A Undime e, certamente, as demais instituições educacionais, como o Consed e as mais de 120 entidades que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, aguardam que o relatório aprovado na CCJC seja prontamente votado no plenário do Senado Federal, para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade que todos queremos.

Respeitosamente,



MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Dirigente Municipal de Educação de Belo Horizonte/ MG
Presidente da Undime

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Em primeiro lugar, não fiz mais do que minha obrigação ao esclarecer o povo do Rio Grande do Sul sobre a ação e o que tem significado a vinda de V. Ex^a para esta Casa no que tange ao debate e à aprovação de projetos de cunho social, voltados ao problema do salário, das classes mais humildes, da miséria, das discriminações raciais a negros, índios, mulheres, crianças. V. Ex^a tem, realmente, uma obra emocionante, e eu sinto uma alegria muito grande em conviver com V. Ex^a. Por isso, repito, V. Ex^a vem ocupar, neste Congresso Nacional, neste Senado, um lugar vago, e, agora, podemos dizer que estamos completos. Se formos analisar o resultado destes quatro anos, veremos a importância de V. Ex^a na produção de projetos sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Senador Paulo Paim, V. Ex^a vai permanecer no plenário?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Porque eu concederei a palavra ao Senador Cristovam Buarque e, em seguida, gostaria de passar a Presidência para V. Ex^a para que eu possa falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E ainda faço questão de apartear V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O Senador Cristovam Buarque é um homem muito ocupado e, por isso, está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pedro Simon, um dos símbolos desta Casa, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu não costumo vir aqui para fazer comemorações, salvo – e o Senador Paulo Paim tem sido sempre presente – quando posso, no dia 13 de maio. Neste caso, eu sempre digo que não é para comemorar, mas para lembrar que, naquela data, deu-se um grande passo, que não se completou. Da mesma maneira que o Fundeb é um passo, mas não completo.

Vale lembrar que, no dia 12 deste mês, festejamos o aniversário do PDT, Partido que tem muito a cara gaúcha. Também vale lembrar aqui a saga e o conteúdo deste Partido, que vem de Getúlio Vargas, de um tempo antigo, de um regime que teve seu desvio autoritário, obviamente – não se tem que esconder nada da História –, mas que teve a grandeza de fazer duas grandes mudanças: a transformação de um País rural e agrícola em industrial e a mudança de um País – o Senador Paim é um homem que atua nesta área – que tratava sindicalismo como assunto de polícia,

para tratá-lo no contexto social e econômico. Temos que reconhecer que isso começou no Governo de Getúlio Vargas. É óbvio que, da maneira como foram feitas essas mudanças, havia as características daquele tempo, com até certas posições fascistas da Europa, influenciando na forma de se ver a relação de classes, não permitindo a luta de classes e toda a riqueza que há por trás dela, quando bem feita, mas tentando impedir que ela acontecesse por meio da regularização exagerada desse processo.

Esses foram os dois saltos fundamentais que estão diretamente ligados ao velho PTB, que, queiramos ou não, é a matriz do PDT. Até porque o PDT surgiu com a abolição dos partidos políticos pelo Regime Militar, em primeiro lugar. Assim desapareceu o PTB.

Em segundo lugar, Leonel Brizola, em 79, juntamente com um grupo de exilados, elaborou a famosa Carta de Lisboa, que formulava um novo Partido, mas estruturado no velho PTB. Como se sabe, houve manobra da ditadura e impediu-se que, ao se registrar o Partido, a sigla ficasse sob a liderança de Leonel Brizola. O PTB ficou com outras mãos, que não vale aqui lembrar nem discutir. Brizola, então, refez o processo, juntou outras pessoas e, pouco depois, constituiu aquela vertente, mas com o nome de PDT – Partido Democrático Trabalhista.

É importante dizer que, na Constituição, na Carta de Lisboa, estabeleceu-se com clareza a idéia de que é um Partido que respeita plenamente as regras de funcionamento de uma economia como a nossa, capitalista. Claramente ali está expressa a idéia de que a propriedade privada, o funcionamento da economia, o mercado fazem parte da sociedade que desejamos – Darcy Ribeiro depois chamou essa idéia de “socialismo moreno”.

Naquela Carta, também está escrito o compromisso com a democracia, que, de certa forma, diferencia-se do proposto no PTB original, que era outro tempo.

Finalmente, o compromisso do Partido com o atendimento das necessidades essenciais de todo o povo brasileiro. Um Partido que já previa, numa época em que muitos de nós defendiam o igualitarismo o mais igualitário possível – usando esse pleonismo –, que já percebia que o fundamental não é a igualdade, mas o fim da exclusão, o fim das necessidades essenciais; a igualdade no essencial, tolerando, sim, a possibilidade de uma desigualdade, de um supérfluo que não estava previsto na origem do socialismo porque não havia supérfluo. Quando Marx escreveu **O Capital**, toda a produção era do essencial; não havia automóvel, não havia ar-condicionado – que consome essa energia toda e nos mata de frio aqui dentro e que não dá para todos terem, porque não há energia elé-

trica que chegue. Da mesma maneira que, se todos tivessem carro, o engarrafamento seria imenso, sem falar que não há petróleo para isso. Esse é o supérfluo; importante, mas não essencial. O essencial é todos terem educação, saúde, segurança – tão importante hoje –, alimentação satisfatória, transporte público de qualidade, lazer. Há uma “cesta” do essencial e uma “cesta” do supérfluo.

Os sistemas autoritários socialistas, com a melhor das intenções, mas muito influenciados pelo que surgiu no século XIX, antes do supérfluo da sociedade de consumo, imaginavam que era possível todos serem absolutamente iguais em tudo. Mas só há uma maneira de todos o serem: proibindo a liberdade, impondo a igualdade.

Ali já estava, portanto, a percepção – que acho fundamental para os dias atuais – de que o que temos que ter de justo hoje é garantir que todos tenham igualdade de oportunidades. Não que todos tenham o mesmo carro ou a casa do mesmo tamanho nem mesmo que todos cursem universidade, mas que tenham a mesma oportunidade de ter tudo isso. E nosso desafio é garantir uma sociedade em que todos tenham oportunidades iguais, em que desde pequenos comecem a se construir de tal maneira que cresçam conforme duas coisas: talento e persistência. São duas coisas que, se não vierem juntas, você não sobe. Não adianta o talento sem a persistência, e a persistência sem talento também não leva a lugar nenhum. O nosso problema é que não vemos igualdade de oportunidades. Sabemos que as pessoas, ao nascerem, já têm umas mais oportunidades que as outras.

Vejamos o caso das universidades. As pessoas nascem, crescem, e aí surgem dois caminhos: um caminho daqueles que não vão chegar a disputar o vestibular, que não chegam lá ou porque ficaram analfabetos, ou não terminaram a quarta série, a oitava série, o segundo grau, ou terminaram o segundo grau sem qualidade; são aqueles que não chegam ao vestibular; o outro é o caminho dos que chegam ao vestibular. Esse caminho dos que chegam ao vestibular, no final, permite que o talento faça a pessoa pular o muro para dentro da universidade, pular no bom sentido. Pelo talento, a pessoa passa no vestibular, mas ela já foi escolhida antes para poder ter o direito de fazer o vestibular. Então não houve oportunidades iguais.

Esta semana eu estava dando uma entrevista aqui para a nossa televisão, e me perguntaram em que momento se deve começar a escola. Eu me lembrei de uma imagem que vejo sempre na televisão, mas nunca tinha feito a correlação. Senador Pedro Simon, o senhor já viu a imagem na televisão de quando as tartaruguinhas saem do ovo e como correm imediata-

mente para o mar? Assim a escola. Quando a criança nasce, ou ela corre para a escola ou ela não vai ter uma boa educação. Quando ela é amamentada pela primeira vez, já recebe um gesto que vai influir em sua educação. É ali que se garantem oportunidades iguais; é na alimentação, durante os primeiros meses e anos; é na pré-escola, brincando com brinquedos pedagógicos, senão não se desenvolve; e, depois, entrando na pré-escola e assim por diante.

O PDT, nem sei se estava dessa maneira na cabeça do fundador e dos fundadores, mas, no fundo, é um Partido que surgiu com a idéia da oportunidade igual para todos, mais do que a igualdade plena para todos, e por isso é um Partido que sempre teve a educação como centro da sua reflexão.

Brizola – e V. Ex^a viu isto quando menino, quando jovem – pôs em prática esse compromisso com a educação no Rio Grande, em Porto Alegre. Depois, no Rio de Janeiro, ele insistiu; rodeou-se de pessoas que tinham essa obsessão, como Darcy Ribeiro, que foi desta Casa, e eles fizeram aquilo que deveria ser o objetivo de todos os governos, de todos os partidos, como, aliás, o Senador Jefferson Péres, que é do PDT, tem proposto aqui, na mesma linha de V. Ex^a, que é um grande concerto nacional – concerto com “c” porque o Brasil virou uma tecnocracia que só pensa concerto com “s”; o conserto dos mecânicos. Não pensa o concerto com “c”, o concerto dos maestros. Aqui não é o lugar do conserto com “s”, aqui é o lugar do concerto com “c”; aqui é o lugar da maestria, de se colocarem 185 milhões de brasileiros para tocar a mesma sinfonia. Deveríamos ser os maestros dessa sinfonia; outros fazem os pianos, outros fazem os instrumentos. E Brizola sempre pôs isso em prática.

Por isso, ao comemorar este aniversário, quero lembrar essa visão de um partido que, com antecipação, diante de muitos socialistas que defendiam a igualdade plena, Senador Wellington, que defendiam que a igualdade viria da estatização, que viria da planificação centralizada, o PDT imaginou que não era por aí; o caminho seria buscar a igualdade plena; se não for possível a igualdade plena, pelo menos a igualdade de oportunidades. O caminho é o Estado cuidar da educação, regular a economia naqueles aspectos que fazem com que ela se subordine ao interesse popular, ao interesse da Nação, ao interesse da sustentabilidade, mas sem tutela da economia.

Quem fará a economia crescer daqui a alguns séculos, quando houver outra forma – creio que haverá, pois penso que a inteligência humana o permitirá –, ou nas próximas décadas, será a energia empresarial, o talento empresarial, o avanço técnico. Temos de cuidar para que todos tenham oportunidades iguais,

e sobretudo para que não atrapalhem a economia. Os governos que não atrapalham a economia estão dando uma grande contribuição.

Ao mesmo tempo em que comemoro este aniversário – vim aqui para isso –, lembro que ontem, quando saí do Senado, liguei o rádio e ouvi parte do discurso do Presidente Lula num programa que deve ter sido o do Partido dos Trabalhadores. Para minha surpresa, o Presidente falou praticamente todo o tempo sobre educação básica. Foi uma surpresa cara, porque não ouvi o Presidente falar tanto disso nos primeiros anos de governo. Se analisarmos o discurso dele – e a Unesco fez uma análise neste sentido para saber quantas vezes aparecia a palavra educação, e poucas foram as vezes em que apareceu essa palavra – veremos que, durante os primeiros anos, o discurso do Presidente era sobre fome, sobre relações internacionais, economia e coisas afins com a economia, como o emprego. Educação, quando aparecia, era relativa a ensino superior. Não aparecia isso. Ontem tive a grata surpresa de ouvi-lo falar que educação básica é o caminho para resolver inclusive a questão da violência.

O que é preciso fazer aqui é um ajuste. A educação evita os desvios que muitos jovens têm na vida por falta de oportunidades. Mas a educação não resolve o problema da violência de hoje. Não adianta querer colocar os bandidos presos na escola. Eles têm esse direito; se dentro da cadeia quiserem estudar, vamos dar todos os livros que eles quiserem. Agora, não vai diminuir a maldade nem o crime deles. A educação só resolve o problema daqueles que ainda são suficientemente jovens e que podem ser desviados por falta de oportunidades.

Ontem o Presidente falou de educação. Essa é uma surpresa grata, mas, ao mesmo tempo, nós temos que esclarecer alguns pontos.

Primeiro, a coincidência de ele estar falando de educação às vésperas de uma eleição, quando as pesquisas de opinião pública, talvez pela primeira vez no Brasil, estão colocando a educação como item fundamental. Isso é um fato novo no Brasil, porque o Brasil, nós todos, não somos um povo que prioriza a educação. Até aqueles que pagam pela educação, em geral, não o fazem pela educação, mas pelo salário maior que o filho vai ter se tiver um diploma. Por isso que, quando o nosso filho diz que vai ser filósofo, nós ficamos tremendo. Não há educação mais completa do que a de filósofo! Mas os salários são baixos. A possibilidade de emprego é pequena, e os pais ficam assustados. Quando diz que quer ser professor primário, os pais não gostam. Nada é mais relacionado à educação, além de filosofia, quanto ser professor, mas as pessoas não querem que os seus filhos procurem

esse rumo, porque querem salário, não educação. Nós não somos um povo que, culturalmente, colocamos a educação no mesmo nível que o automóvel, o futebol, a praia e a cerveja.

Exemplo disso são as propagandas de cerveja: ninguém diz que um grande cientista gosta da cerveja tal ou tal, e não vou dizer que é porque cientista não gosta de cerveja, mas porque não vende cerveja dizer que um grande cientista gosta de determinada cerveja. Agora, o que é que vende? Moças bonitas na praia ou torcida no campo de futebol. Porque a mania do Brasil ou a paixão, como diz uma das propagandas de cerveja, é futebol, é praia, não é educação. O que digo para a cerveja serve para os outros produtos. Não está no imaginário do brasileiro pôr a educação em primeiro lugar.

Mas isso está mudando. Vemos, por exemplo, como os jornais põem a educação na frente hoje em dia, como viram manchetes os resultados negativos da educação. Mas sabem uma prova de que não é mania também? Um desses dias, havia uma matéria imensa: “Brasil atrás do Haiti em repetência escolar”. Já foi um grande avanço sair na primeira página dos jornais, mas uma semana depois ninguém lembrava. Agora, imaginem se sair amanhã ou daqui a um mês a seguinte manchete: “Brasil atrás do Haiti na Copa do Mundo”! O técnico Parreira não vai poder descer no aeroporto porque ninguém vai deixar; aliás, o avião inteiro vai ter que ficar voando, porque colocamos futebol em primeiro lugar, antes de educação. Mas isso está mudando, e, nessa mudança, vemos o Presidente Lula trazer esse assunto.

Pergunto por que, com relação aos objetivos propostos em 2003, o Presidente não fez o esforço para levá-los adiante. Estavam lá, no Ministério da Educação, espalhados por todas as salas, os nossos objetivos, as nossas metas, como por exemplo, 100% das crianças até 14 anos na escola em 2006. Vejam que não é meta impossível. Isso foi em 2003. Tinha-se quatro anos para fazer com que 100% das crianças até quatorze anos estivessem na escola. Dava para termos ido buscar um 1,5 milhão que estavam fora da escola. A meta era ter 100% das crianças até dezessete anos na escola em 2010. Nada irresponsável.

O trabalho infantil abolido até 2006, Senador Paulo Paim, claro que era possível, em quatro anos, resolver isso. Quando digo abolido, não quero dizer chegar a zero, zero – até hoje existe trabalho escravo –, mas deixar de ser uma epidemia. Por que ele não ajudou a acabar com a prostituição até 2006? O Brasil a alfabetizado até 2006?

Por que, em 2004, o Governo Lula fechou a Secretaria para Erradicação do Analfabetismo? Parece

até maldade. Uma secretaria criada no governo dele pelo Ministério de 2003. Pela primeira vez, no Brasil, criou-se uma secretaria para cuidar da erradicação do analfabetismo, não da alfabetização. Alfabetização, o Brasil tem desde a época de D. Pedro II; o que nunca houve foi um programa de erradicação do analfabetismo com data marcada para terminar. A Venezuela fez isso. Hoje todo mundo critica o Presidente Hugo Chávez, mas ele aboliu o analfabetismo. E vou dizer mais: é possível que a Bolívia faça a abolição do analfabetismo antes do Brasil, pois o Presidente Evo Morales já iniciou um programa com esse objetivo, e – não nos iludamos – isso pode vir a acontecer. Estou dizendo pode vir, Senador Paulo Paim, porque há muitos idiomas indígenas, há muitas complicações, até de relevo, na Bolívia. Há povoados tão isolados que talvez ele não consiga, como o Chávez conseguiu. Mas ele está tentando, está implantando um programa para a erradicação do analfabetismo.

Por que o Governo Lula fechou a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo? Fechou-a em 2004.

Toda criança até dez anos de idade alfabetizada em 2006. Estávamos em 2003. Quando eu falava desse objetivo, algumas pessoas estrangeiras achavam que estava errado. Quando eu dizia “todas as crianças até 10 anos de idade alfabetizadas até 2006”, as pessoas perguntavam: “Mas as crianças não estão alfabetizadas antes dos dez anos?” Não estão. Cinquenta e dois por cento das crianças brasileiras que estão na quarta série não sabem ler nem escrever.

Mostrei a alguns Senadores uma foto do Presidente Lula com um grupo de crianças em Pernambuco. Ele estava acorocado, com a cara angustiada, diante de crianças pobres. Eu peguei aquela foto e mandei uma pessoa em Pernambuco localizar cada uma daquelas crianças. Depois fui lá. Tratava-se de Caruaru, uma grande cidade, e as crianças viviam em um bairro chamado Caetés.

Conversei com aquelas crianças, conversei com os pais delas, conversei com os irmãos mais velhos e soube que nenhum terminou a quarta série. Visitei a escola, conversei com os professores, provei o lanche da escola. Depois fiz uma carta ao Presidente Lula colocando nome em cada uma das crianças, porque a gente vê foto de Presidente com criança e pensa que elas não têm nome. Aquelas crianças têm nome! Ainda não têm carteira de identidade, mas têm nome! Eu fui lá e dei nome e idade às crianças. Nenhuma das crianças sabia ler. Eu pedi: escrevam uma carta para o Presidente, que eu vou levar. Nenhuma soube escrever a carta. Alguns rabiscaram uns garranchos como se fossem letras – até dava para ver que eram

letras mal escritas, mas quando se tentava juntar as palavras não diziam nada com nada.

Perguntei por que eles estavam ali na hora em que o Presidente desceu do helicóptero. Aqui, um elogio ao Presidente Lula. Qualquer outro Presidente, de longe, do helicóptero, daria um adeusinho e iria embora. Ele não; saiu do helicóptero e foi aonde estavam as crianças, separadas por uma cerca, porque era uma fazenda, e se acorcou diante delas. Podia-se ver a sua cara de angústia. Eu achei até que ele estava se identificando com uma daquelas crianças, porque ele nasceu a 100 quilômetros dali. Repetindo, eu perguntei às crianças por que estavam ali quando o Presidente chegou. Se era hora de estar na aula, por que estavam longe da escola? As crianças me disseram que já tinham comido a merenda.

Na minha carta ao Presidente, eu lhe disse: Presidente, no Brasil, escola virou restaurante popular mirim. As crianças vão à escola para comer, Senador Wellington, e depois vão para casa. Os professores confirmaram que realmente muitas crianças fazem isso. Havia duzentos e setenta e seis alunos em três salas! E tem mais, em uma das salas funcionava a secretaria e na outra funcionava a cozinha, onde era servida a merenda.

Por que a meta “toda criança até os dez anos de idade alfabetizada até 2006” não foi cumprida? Estamos em 2006, mas estou me referindo a 2003, quando a meta foi estabelecida. Dentro de quatro anos, 90% das crianças estariam terminando a 4ª série, ou seja, em 2010. Quero chamar a atenção para a modéstia que tínhamos. O nosso primeiro objetivo era 100% das crianças na escola em 2006. Em 2010, o objetivo era 90% das crianças terminando a 4ª série. Nós nem colocamos 100% das crianças terminando a 4ª série, porque isso é impossível, mas 10% é pouco. Na Coreia, 98% dos jovens já terminam o ensino médio. Eu estou colocando 98% das crianças terminando a 4ª série. Estou colocando também 80% terminando a 8ª série em 2010. A meta era modesta: 80% dos jovens, até os 17 anos, terminariam o ensino médio, em 2015, ou seja, doze anos depois de definidas as metas.

Eu não vou ler todas as metas, que foram abandonadas. Trabalha-se sem metas e com alfabetização; não se trabalha com erradicação do analfabetismo. Trabalha-se sem metas. É engraçado, porque na hora de se fazer uma represa, há metas; na hora de se fazer uma ponte, há metas; na hora de se fazer qualquer obra, há metas, mas na hora de fazer a grande obra – a da educação –, as metas são abandonadas. Por quê?

E o pior, Senador Pedro Simon, é que, além de abandonarem a idéia de trabalhar com metas, pararam os programas que estavam sendo feitos, porque isso

só seria realizado se a educação fosse federalizada, isto é, se o Governo Federal levasse para o seu colo o problema da educação básica em vez de deixá-la para os Municípios.

O Fundeb, do qual o Senador Paim falou há pouco, é um avanço, mas não vai trazer grandes transformações porque apenas repassa dinheiro. Não vai haver a intervenção criando parâmetros nacionais.

No seu Estado, Senador Pedro Simon, as escolas, graças ao Brizola, ao senhor, ao Alceu Collares, nem se comparam com a maior parte das escolas do Brasil, pois são muito melhores. E isso se deve à falta de parâmetro nacional. Sabiam que não há “Habite-se” federal para escola? Hoje, se um prefeito quiser abrir um *shopping*, ele tem que cumprir uma série de requisitos antes de obter o “Habite-se”, mas, se ele quiser inaugurar uma escola, não há nenhum requisito a observar. Não precisa pôr banheiro, não precisa pôr energia elétrica, não precisa fazer um número mínimo de salas, porque o Governo Federal nada tem a ver com a educação básica.

O Governo desativou o programa denominado Certificação Federal do Professor, que era um passo tímido na federalização. Seria feito um concurso para ver quais professores estavam preparados, e a eles se pagaria um salário federal.

Os senhores já prestaram atenção ao fato de que um cidadão que vai trabalhar no Banco Central passou num concurso com regras federais, não importando onde ele vá trabalhar? Não há nenhuma cidadezinha onde o funcionário do Banco do Brasil seja menos preparado que o da cidade grande. Já repararam que o salário de um funcionário do Banco do Brasil, em qualquer cidade em que for trabalhar, tem o mesmo padrão nacional? Já repararam que o computador do Banco do Brasil é igual em qualquer lugar do País? Que o prédio tem banheiro, que há regras para o prédio do Banco do Brasil, assim como para o da Caixa e o da Infraero? E por que não há regras para a educação básica? Estávamos construindo isso. Parou o programa. Para que parar o programa de implantação do horário integral, para o qual encontramos a saída, Senador Wellington Salgado? Por quê? Porque o horário integral era uma das metas. Mas todo mundo perguntava como é que se implantaria o horário integral no país inteiro. Descobrimos o caminho. Decidimos fazer por blocos de cidades. Escolhemos, vamos supor, uma cidade seria como um Ciep. Em toda ela haveria horário integral. Esse era o caminho. Escolhemos 29 cidades, Senador Pedro Simon, e começamos. Em dois anos, essas cidades teriam o que chamávamos de escola ideal. Mas não seria apenas uma escola ideal; todas as escolas daquela cidade seriam ideais. Para

isso, fizemos um pacto com o prefeito, e o prefeito fez o mesmo com todas as suas lideranças. Escolhemos as 29 cidades com algumas condições. Sabem qual era uma delas? Se um vereador fosse contra, não assinaríamos o acordo com a cidade dele. Porque, daquela forma, quando saísse o prefeito, o programa continuaria. Exigimos um pacto do prefeito com o seu partido, com todos os vereadores, com o pastor da cidade, com o padre, com o juiz, e escolhemos 29 cidades. Começamos nessas cidades, mas o trabalho parou. Transferimos 74 milhões de reais para essas 29 cidades, que era dinheiro suficiente, porque escolhemos cidades pequeninhas, claro. Não escolhemos cidades grandes, porque aí não tinha dinheiro – pois o dinheiro era do próprio MEC. Não pedimos dinheiro ao Ministro da Fazenda para isso, tiramos de um lugar para outro. Por que parar esse programa?

No Orçamento de 2004, estava previsto dinheiro para 155 novas cidades; 29, no primeiro ano; 155, no segundo ano do Governo Lula; 250, no terceiro; 300, no quarto – essa era a idéia; depois, 500 novas cidades a cada ano; em 2015 ou 2020, no máximo em 2022, no segundo centenário da Independência do Brasil, poderíamos comemorar a última cidade com escola ideal, a última cidade com todas as suas escolas em horário integral, com professores bem remunerados, desde que bem formados, bem dedicados, e os alunos aprendendo – tem-se de vincular salário ao resultado.

Parou isso. Por que parou? Parou porque não estava na cabeça do Presidente, do Governo – eu diria mesmo dos Partidos que apóiam o Governo –, a idéia de que educação é a porta de entrada. Na cabeça dele, na cabeça dos partidos que o apóiam, a porta de entrada é a renda. E não é a renda!

O nosso querido Senador Suplicy, que sempre fala que a porta de saída da pobreza é a renda, se engana. Não é a renda. Só se for a renda muito alta, só se for a loteria, e a loteria só um pode ganhar. A renda mínima, Senador Wellington, no máximo, é uma fresta, não é uma porta. O Bolsa Família, no máximo, é o buraco da fechadura para olhar, não é o buraco da fechadura para se abrir a porta e entrar na modernidade. É uma frestazinha, é um buraco. O que se está fazendo, ao se dar R\$80,00 a uma família, é deixar que olhem no buraco da fechadura como é do outro lado. Agora, a porta é se as crianças dessa família concluíssem o ensino médio com qualidade, e isso o Bolsa Escola, se viesse acompanhado da educação – porque só Bolsa não dá nada –, juntos teriam efeito.

Por que o Presidente Lula tirar o Bolsa Escola e transformar em Bolsa Família? Por que transformar um programa educacional em um programa assistencial? Por que tirar a palavra “escola” do dia da família? Vejam

bem a diferença: uma família que, todo mês, recebe o dinheiro escrito “escola” tem uma postura diferente da família que todo mês recebe o dinheiro escrito “família”. São as palavras que nos fazem sentir, são as palavras que nos fazem agir. É uma diferença radical receber um Bolsa Escola – todo mês lembrando escola – e Bolsa Família – todo mês lembrando família. É claro que a família é mais importante que a escola do ponto de vista emocional, do ponto de vista do amor e da religiosidade. Mas a família, na pobreza, não sai da pobreza sem a escola.

Perdeu-se isso. Para que mudar esse nome? Não foi apenas porque Fernando Henrique Cardoso tinha levado para o Brasil inteiro, depois que nós criamos aqui no Distrito Federal. Não foi por isso. Foi porque a visão não é de escola, é de família; não é de educação, é de assistência. Por isso é que se juntou o Programa Bolsa Escola com os outros programas de assistência e, agora, não se consegue fiscalizar.

O Presidente ontem disse, no discurso dele que estou citando, que se faz a fiscalização. Não se consegue fazer a fiscalização! Primeiro, porque o executor da fiscalização agora não é o Ministério da Educação, é o Ministério da Assistência Social, que no Brasil se chama de Desenvolvimento Social, mas não está correto: desenvolvimento social é o Ministério do Trabalho, é o Ministério da Saúde, é o Ministério da Educação. O MDS é o Ministério da Assistência – e nós precisamos dele. Então, não está na cabeça do Ministério fiscalizar a frequência a aula, porque o papel do Ministro, do assistente social é garantir comida aos pobres em qualquer circunstância, com filho, sem filho, na escola ou fora dela. Ele tem que fazer isso, é o papel dele. Agora, o papel do Bolsa Escola é colocar menino na escola.

Da mesma maneira, quando se mistura vale-gás, vale-alimentação com Bolsa Escola, impede-se a fiscalização, porque, de um lado, a família recebe a bolsa porque tem filho, tem que provar que está na escola, mas, de outro lado, a família recebe só porque existe. Por que essa vai receber e aquela não?

Então, Sr. Presidente, vim aqui mais para lembrar o aniversário do PDT, mas não posso deixar de fazer essa comparação, essa vinculação de que, quase no mesmo momento em que comemoramos o aniversário do Partido – que põe a educação em primeiro lugar –, ouvi ontem o discurso do Presidente Lula falando finalmente em educação, depois de quase a totalidade do seu Governo.

Senador Wellington, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Cristovam, Sr. Presidente, demais Senadores, eu costumo falar que a conversa em *off*,

digamos assim, neste momento político por que estamos passando, é quando conseguimos aprender, discutir grandes idéias. Quando converso com o nobre Senador, V. Ex^a sempre coloca a mim a questão da federalização do ensino básico. Continuei pensando, depois de uma dessas conversas, e vi que realmente é uma coisa absurda determinados Municípios que detêm os *royalties* do petróleo receberem com isso recursos imensos. Não estou dizendo que eu seja contra isso. Eu sou a favor, mas só que eles não conseguem aplicar todo o recurso em educação, porque eles já fizeram tudo e não conseguem aplicar aquele dinheiro. Então, se houvesse a federalização, como V. Ex^a prega, esse recurso que está sobrando poderia ser aplicado numa cidade lá no Nordeste, por meio de um caixa único.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas o que acontece? Eles criam uma escola dentro do local agropecuário para que se possam descarregar os recursos – como se toda a manutenção daquele local agropecuário, ou daquele parque, daquele zoológico fosse despesa de manutenção daquela escola –, e, com isso, gastam aquele recurso que seria para educação. No entanto, eles não gastam no fim; eles gastam no meio, para justificarem o gasto. Isso é uma coisa tremendamente absurda, Senador. Então, nesse ponto, concordo com V. Ex^a: tem de haver uma federalização, um caixa único, para que, com esses recursos que estão aí perdidos, sendo aplicados erradamente, possamos ajudar os outros Municípios carentes. Cada vez que converso com V. Ex^a, mais eu fico certo de que o caminho que V. Ex^a prega é o caminho correto: um caixa único para atender todo o Ensino Básico e distribuir, da melhor maneira possível, esses recursos que estão distribuídos erradamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Wellington, sua fala já justificou minha presença aqui, meu dia de hoje, porque ganhei alguém para a federalização, o que não é fácil. Então, alguém desta Casa percebeu, leu, se interessou e está apoiando. Quero lhe agradecer profundamente e agregar algumas coisas. Primeiro, esse fato que V. Ex^a trouxe de que há Municípios ricos e pobres. Então, no Brasil, o futuro de uma criança depende da sorte, se nasceu num Município rico ou num Município pobre. E mais: se nasceu num tempo de um prefeito que gosta de educação e criança ou na época de um prefeito mais para Herodes do que para Paulo Freire – porque tem gente, políticos neste país que estão mais para Herodes, de não gostar de criança, do que para tio. Todo prefeito devia ser tio das crianças do seu Município.

Então, temos de dar a toda criança igualdade de oportunidades, independente da cidade onde nasceu da família onde nasceu. Esse é um ponto.

O outro ponto é definir metas. Criamos uma grande coisa aqui que foi a Emenda Calmon, que vincula recursos à educação, mas que hoje está sendo deturpada porque vincula gastos, mas não vincula metas. Então, o bom prefeito hoje é aquele que gasta muito em educação, e não aquele que faz muito. O bom prefeito é aquele que consegue fazer muito, gastando pouco. Estamos elogiando quem às vezes desperdiça dinheiro em educação e, em alguns casos, como V. Ex^a disse, sem destiná-lo à atividade-fim. Há muitos prefeitos que pavimentam a rua em frente à escola e dizem que o dinheiro foi gasto em educação; constroem um estádio de futebol, colocam escolas dentro e dizem que o estádio inteiro é dinheiro da Emenda Calmon. Então, cometemos dois erros: primeiro, deixamos as crianças ao sabor da riqueza da sua cidade – e aí há algumas cidades ricas; segundo, não definimos metas para todos os prefeitos. Para isso, precisaremos de uma lei de responsabilidade educacional, que só ocorrerá quando o Governo Federal destinar recursos, seja advindos dos *royalties*, seja do lucro imenso de algumas estatais. Enquanto não se fizer isso, não podemos exigir muito dos prefeitos.

A revolução da Venezuela na educação – diga-se o que disser do Presidente Chávez – é graças ao dinheiro ganho com o petróleo, e há quem ache errado isso! Por que é errado pegar dinheiro ganho com petróleo e com estatais e colocar em educação? Não gastamos um dinheirão das estatais com propaganda e financiamento a atividades escolhidas por eles, chamadas de culturais às vezes, mas que nem culturais são? Por que não gastamos, então, com educação?

Mas, Sr. Presidente, estou-me beneficiando muito de hoje ser uma sexta-feira de manhã, que nos dá margem para falar mais rápido – eu que sempre sou muito contido nos meus discursos, no prazo determinado. Entretanto, beneficiando-me mais disso, ainda há um aparte do Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, eu quero fazer um aparte a V. Ex^a para complementar a homenagem que V. Ex^a faz hoje ao PDT. Na verdade, como eu falava agora com o Senador Pedro Simon, a origem do PDT, como V. Ex^a lembrou, é o velho PDT, velho no bom sentido. Eu sempre digo que eu, que trabalho tanto com idosos, não tenho problema algum em um dia me chamarem de velho. Tomara que eu seja um velho com mais de 120 anos. Eu vou estar muito feliz por ter passado por mais de 120 anos e ser chamado de velho. Mas, quando eu lembro isso, eu quero dizer o quanto foi importante a

caminhada de Getúlio Vargas, de Alberto Pasqualini, do grande Jango, o João Goulart. E há essa história contada pelo Senador Pedro Simon – corrija-me se eu estiver errado, Senador. O Senador Pedro Simon um dia aqui me contou que foi João Goulart que construiu na verdade a proposta de aumento do salário mínimo de 100%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Foi 100%.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Enquanto construía a proposta, houve uma pressão muito grande, João Goulart acabou caindo, mas daí o Getúlio efetivamente aprovou e promulgou o aumento de 100%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – A criação ainda. O aumento ele deu quando Presidente. Cem por cento de aumento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente. Veja bem como é importante esse debate histórico, trazendo para o presente os fatos. Lembremos a CLT, a importância da CLT para os trabalhadores. E ela tem que ser atualizada, Senador Salgado, tem que se aprimorada. Tem, sim, mas ninguém pode negar que foi o instrumento fundamental para o trabalhador brasileiro na busca da sua cidadania. Getúlio, João Goulart, Brizola, Pasqualini fortaleceram – e V. Ex^a abordou muito bem – o movimento sindical, sem nenhum demérito aos partidos políticos. Fiz questão de dar este depoimento e quero dar um outro detalhe da minha vida: eu não era filiado a nenhum partido político. Presidia a Central Única de Trabalhadores – só havia a Única, na época – no Rio Grande do Sul. E, naquele momento, para ser Deputado Federal Constituinte, tive que optar. Confesso que fiquei muito dividido entre o PT e o PDT e acabei decidindo pelo Partido dos Trabalhadores, porque reconheço na história do trabalhismo uma bela história no campo social nesse leque que poderia aqui listar de iniciativas que beneficiaram os trabalhadores do campo e da cidade. Assim, meus cumprimentos a V. Ex^a, ao PDT, pela sua história belíssima. O momento mais bonito, Senador Simon, foi quando eu pude, por duas vezes, na Vice-Presidência do Senado, receber o ex-Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que conversou muito comigo sobre o País. Infelizmente, depois ele faleceu. Nós todos estivemos juntos no seu enterro e fomos juntos a São Borja naquela data histórica, mas lamentável, em que perdemos o grande Leonel de Moura Brizola. Parabéns a V. Ex^a. Parabéns ao PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço o seu aparte e lembro que, por isso, temos tanta afinidade. Meu caminho foi igualzinho ao seu. Em 1989, eu fiz campanha para Brizola, não votei em Lula – e o Deputado Herrmann lembrou isso na recen-

te reunião, porque ele foi o intermediário –, mas, em 1989, eu estava terminando meu mandato de Reitor e fui convidado para ser o Vice na chapa de Lula. João Herrmann, Aldo Arantes, Haroldo Lima, pelo PSB e pelo PCdoB, vieram a mim e disseram: “Você não é de nenhum Partido. Escolhe qualquer dos três, PT, PSB ou PCdoB, e vai ser o Vice”.

Lula chegou a dizer isso num jornal na Bahia. E o Herrmann lembrou: “É muito difícil você, que nunca teve mandato, recusar-se a ser candidato a Vice”. E eu disse: “Eu estou com o Brizola e vou ficar com o Brizola até o fim”. E fiz campanha para ele.

E aí foi do mesmo jeito que no seu caso. Passou 1989. No segundo turno, obviamente, votei no Presidente Lula. E, em 1990, fui convidado a entrar no PT pelo próprio Lula, por intermédio de outra pessoa. E eu escolhi o PT, por um lado por razões locais. Na verdade, a gente entra num Partido pelo Estado onde a gente está. No Brasil, é preciso federalizar melhor a política. E também porque o PT tinha um mística que ia além do próprio PDT. Isso é verdade. Era a mística da mobilização social. Era a mística da incorporação das massas.

E eu não me arrependo não. Conversei muito com o Brizola antes de fazer isso, mas nunca deixei de ser brizolista e também arraesista. Foram os meus dois primeiros votos. O meu primeiro voto para Governador foi Arraes. E o meu primeiro voto para Presidente foi Brizola. Duas figuras que ficaram até o fim sem trair nada. Coerentes. Como dizia Darcy Ribeiro, ele tinha mais orgulho das derrotas do que das vitórias, porque as vitórias mostram competência e as derrotas mostram coerência. Agradeço ter lembrado isso para concluir.

Mas eu quero finalizar, Senador Pedro Simon, dizendo algo que tem a ver com V. Ex^a, O PDT, cujo aniversário comemoramos, ontem fez um gesto de que eu fiquei orgulhoso. O Líder do nosso Partido na Câmara dos Deputados foi junto – eu soube pela rádio – com V. Ex^a, ou depois, entregar a sua inscrição como candidato. Eu soube que o Deputado Miro Teixeira esteve lá. Isso mostra um Partido que é solidário com tudo aquilo que representa – eu ia dizer nobreza, mas eu sempre digo que precisamos completar a República. Então, não digo nobreza. Um Partido que tem os gestos corretos de chegar até um Senador como V. Ex^a, de outro Partido, e ir lá dizer: “Nós gostaríamos de ter um candidato a Presidente como V. Ex^a”.

Esse é um gesto que mostra o que o Senador Jefferson Péres defende: essa idéia de concertação acima dos interesses partidários. Eu acho que essa presença, essa solidariedade do Deputado Miro Teixeira nos orgulhou a nós pedetistas. Nós, como brasileiros, gostaríamos de ver no cenário da disputa eleitoral uma

figura como V. Ex^a. Não vou nem me comprometer a votar em V. Ex^a ainda, porque não sei se o PDT tomaria essa decisão. Mas, independentemente de qualquer coisa, engrandeceria o processo democrático brasileiro. E o PDT fez esse gesto ontem, por intermédio do nosso Líder na Câmara dos Deputados. Muito nos engrandece também a nós estarmos ao lado de alguém que engrandece o Brasil.

Eu concluo dizendo, Sr. Presidente, que uma das comemorações desse aniversário do PDT é uma coisa que eu faço questão de divulgar: o PDT inaugurou uma universidade aberta. Nós hoje temos, a partir do Paraná, onde está a sede, espalhada pelo Brasil – claro que isso vai aos poucos –, uma universidade aberta. Não vai concorrer com nenhuma outra universidade, não vai dar diploma de doutor para ninguém, mas vai tentar espalhar, por meio desses mecanismos modernos da educação a distância, formação cívica para todos os que desejarem, sejam do PDT ou não, desde que queiram aprender noções de Civismo, História do Brasil, Geografia do Brasil, Economia do Brasil e do Mundo Global em que vivemos.

Sr. Presidente, muito obrigado. Creio que em nenhuma outra vez aqui falei sequer um quarto do tempo que falei hoje. Dá até vontade de todo dia ser sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agradeço as referências feitas a mim e quero, ao felicitar V. Ex^a, felicitar o PDT pelo aniversário do Partido. Quando V. Ex^a se refere às idéias e aos princípios do PDT e quando diz que a questão não é garantir igualdade, mas igualdade de oportunidades, para que as pessoas, depois, com a possibilidade, com a capacidade, com a constância, poderem ir adiante, eu lembraria um pensamento de quem foi o maior dos trabalhistas do Brasil, Alberto Pasqualini. Ele dizia que as pessoas na terra existem, colocadas por Deus, para usar os frutos da terra, e que elas não são iguais. Cada uma trabalhará e ganhará de acordo com a sua capacidade. Mas há uma hipoteca social sobre os bens da sociedade, no sentido de que todo cidadão, em primeiro lugar, tem direito ao trabalho. O trabalho é uma obrigação da sociedade para com todo cidadão. Em segundo lugar, todo trabalhador que trabalha, independentemente da sua capacidade, tem o direito de receber um mínimo para viver com dignidade.

Então, a casinha humilde, a refeição singela, a escola, a educação, enfim, todos têm direito a isso, independentemente da própria capacidade. Depois disso, de acordo com a capacidade, uns poderão ter palacete, outros o que for. É importante esse princípio de Pasqualini, uma das análises mais perfeitas da organização social que conheço.

Também faço minhas as homenagens de V. Ex^a ao Dr. Leonel Brizola, que, indiscutivelmente, foi o grande herói desse Partido. Veio para construir o velho PTB, mas, como isso não foi possível, mudou a sigla e conservou as idéias e o pensamento.

E vou dizer com toda emoção: Brizola começou no Rio Grande do Sul como prefeito, depois como governador, e foram cinco ou seis mil escolinhas construídas por ele. Quando chegou ao Rio de Janeiro, alcançou a perfeição com a escola em turno integral.

Meus cumprimentos a V. Ex^a

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Se for possível, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Sim. Antes, porém, passo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi uma comunicação, datada de 18 de maio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT

– RS) – Senador Wellington Salgado, quero passar-lhe a palavra oficialmente neste momento, pois estou na Presidência, dizendo que V. Ex^a terá direito a cinco minutos, com a devida tolerância desta Presidência.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Será rápido, Sr. Presidente.

Só queria comunicar que recebi um comunicado datado de 18 de maio, da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, do qual passo a ler alguns trechos:

Recebemos como iniciativa positiva o Pacote de Emergência aprovado na terça-feira, dia 15 de maio corrente, com os seguintes destaques [elencam todas aquelas legislações que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou depois daquele ocorrido em São Paulo]:

permite que o estado use os bens dos presos para repor danos feitos aos presídios em rebeliões;

mantém em 30 anos a pena máxima prevista no Código Penal, mas estabelece que, caso uma pessoa seja condenada a período superior, terá de cumprir o período máximo em regime privativo de liberdade;

aumenta o prazo para que processos sejam julgados antes que seja extinta a punibilidade pelo Estado [...];

prevê a indisponibilidade dos bens dos criminosos;

estabelece que o uso de celular em presídios é falta grave, e o preso flagrado com o aparelho poderá ser isolado;

estabelece a possibilidade de o juiz julgar o réu por meio de teleconferência [...];

institui a delação premiada para presos já condenados. Atualmente, só réus em fase de condenação podem negociar com a Justiça a redução da pena em troca de informações que ajudem em investigações;

extingue a possibilidade de livramento condicional para condenado reincidente em crime punido com reclusão;

obriga as concessionárias de telefonia móvel a instalarem bloqueadores de celular nos presídios. As empresas terão 180 dias, após a aprovação final do texto, para instalarem os equipamentos. Caso contrário, estarão submetidas a multa diária de R\$30 mil a R\$150 mil;

autoriza o Governo a criar um programa de subsídios para a compra de casas por bombeiros, policiais militares e civis. O programa será operado por instituições financeiras.

[...]

Contamos com a colaboração do ilustre Senador, que representa o Estado de Minas Gerais na Câmara Alta do Parlamento, para que possa dispor de uma legislação penal realista, que permita às autoridades de segurança agir em defesa da sociedade, ameaçada por bandidos que fazem do crime uma atividade lucrativa.

A Aciub parabeniza o Senado por essa legislação aprovada, e assina o documento o Sr. Luiz Alexandre Garcia, Presidente da Aciub.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado de Oliveira, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Pedro Simon, que usará a tribuna a partir de 10h35min.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, creio que é muito importante que o uso da tribuna seja feito no sentido de expor o as atividades parlamentares dos Senadores, mas que

também seja apreciada e aproveitada a oportunidade para que o Senador externe e apresente suas idéias e seu pensamento, porque isso, de certa forma, ficará gravado na memória do Senado e muitas vezes, passados os fatos, lá adiante, será interpretado.

Eu estou na política há cinquenta anos ou mais. Quando fui Deputado Estadual, na época da ditadura, houve discurso meu, na Assembléia Legislativa, que os militares não deixaram sequer que as notas taquigráficas fossem para o **Diário Oficial**. Tivemos que refazê-lo anos depois, porque alguém guardou uma cópia.

Estou emocionado porque já publiquei mais de uma vez o índice dos discursos que já fiz e os assuntos abordados. Várias escolas, várias pessoas, vários estudantes que estão fazendo tese de mestrado vêm me pedir subsídios para seus trabalhos e encontram, às vezes, em pronunciamentos meus, algo que não encontram na imprensa, porque, naquela época, aquela instituição era a censura total; eles nem sabiam que essas coisas tinham acontecido da forma como aconteceram.

Por isso, hoje, relato a fase que vive o meu Partido, o PMDB. Mas isso não significa que eu vá influenciar o comando do meu Partido. Vivi, ontem, momentos muito tristes – eu que pertenci à executiva deste Partido, até à morte do Dr. Ulysses, como Secretário-Geral, Primeiro Vice-Presidente –, lembrando-me de nossas reuniões nas horas amargas, difíceis. Dr. Ulysses, Tancredo, Teotônio, Arraes, Chico Pinto, Covas, eu... Quando olhei a reunião de ontem e vi os substitutos dos meus velhos companheiros e as decisões que estavam tomando, fiquei a pensar: o que estarão pensando e sentindo os heróis do MDB dos seus sucessores de hoje?

Muitas foram as lutas que fizemos para retomar a democracia. Ali não era ter ou não ter candidato, era não ter candidato porque não tinha candidatura, porque o general já era presidente. Um, dois, três, quatro, cinco, seis gerais, um sucedendo o outro, e ali o MDB, não podendo ter candidato porque era proibido, lançava candidato. Lançamos o Dr. Ulysses, lançamos o general Euler, anticandidatos, que percorreram o Brasil inteiro. Como dizia o Dr. Ulysses, estou aqui, o anticandidato da Oposição, percorrendo o Brasil inteiro, falando com os eleitores. Eu que não vou ganhar, e os eleitores que não vão votar. Porque, a essa altura, lá em Brasília, estão confabulando nos quartéis qual será o próximo general de plantão, que sem povo e sem voto haverá de estar lá. Permanecemos, lutamos, defendendo as eleições. E foi o MDB que fez a apoteose das Diretas Já. Tudo que está aí estava dentro do MDB, porque éramos a mãe que recebia a todos, porque tínhamos tido a chance de funcionar para ser o Partido da coonestação do Governo, mas conseguimos resistir, avançar

e ser um grande Partido. E saímos pelo Brasil pelas Diretas Já – a campanha mais linda, mais emotiva da história deste País. Os poetas, os cantores, os artistas, os jovens, nunca, nunca comício nenhum, nunca festa nenhuma, nunca nada reuniu tanta gente como a caminhada dos jovens pela democracia e pelas diretas. No dia da votação, cercaram o Congresso, espalharam que iam cassar e prender se a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada. Fez uma ampla maioria. Quem não ia votar a favor não comparecia praticamente, mas faltaram nove votos para atingir-se a maioria, e foi rejeitada. E o MDB, que sempre tinha tido uma repulsa ao colégio eleitoral – o colégio eleitoral coonestava a ditadura, não tinha legitimidade –, questionava-se. O Dr. Ulysses era um dos que, quase até o fim, dizia: “Eu não vou para o colégio, não vou legitimar o colégio”. E o Dr. Tancredo, nosso candidato, dizia: “Eu vou para o colégio para destruir o colégio, e o povo há de entender que vou para colégio para destruir o colégio”.

No Rio Grande do Sul, o MDB era um partido fantasticamente organizado e apaixonado, com o povo permanentemente presente. Vivíamos em assembléia permanente com milhões de rio-grandenses-do-sul, e eu dizia: eu não vou pedir licença ao Rio Grande para ir ao colégio, não vou pedir. Mas aconteceu o inesperado: os jovens foram às ruas e fizeram uma manifestação espetacular para exigir de Pedro Simon e de seus companheiros que fossem ao colégio para votar em Tancredo, porque era isto o que eles queriam: destruir a ditadura.

E o MDB foi ao Colégio. Foi buscar, para garantir maioria lá na Arena, o chefe da Arena, o Sr. José Sarney. E nunca vou me esquecer. Eu até aconselharia aos amigos que vissem nos Anais do Congresso o momento em que o Governo enviou para esta Casa a extinção da Arena e do MDB para abrir o leque partidário. Nós defendíamos a pluralidade partidária, mas defendíamos que ela fosse realizada em cima da Assembléia Nacional Constituinte. Convocada e instalada a Assembléia Nacional Constituinte, no mesmo momento seriam extintos os partidos políticos, não teríamos mais partidos políticos, e se organizariam, no meio da sociedade, as pessoas que se identificassem por idéias, por filosofia, por pensamento social, para fazerem os grupos que atuariam, as bancadas que atuariam na Assembléia Constituinte e que formariam os futuros partidos. Para não acontecer como na Constituinte de 45, quando o PTB e o PSD eram os Partidos do Getúlio Vargas e a UDN era o Partido contra o Getúlio Vargas, mas a UDN tinha mais gente digna, honesta e progressista que o PSD do Getúlio, ou que o próprio PTB, em que havia mais reacionários do que lá até.

Na sessão solene de encerramento da votação, o Congresso Nacional estava como um mar de gente e os dois últimos discursos foram feitos pelo Presidente da Arena e pelo então Presidente do MDB em exercício. Primeiro falou o Dr. Sarney, como Presidente da Arena, mas justificando que tinha que ser extinta a Arena, que o Governo estava certo e que o projeto era correto, e orientou sua bancada a votar pela extinção.

Depois falei eu, pelo MDB, o último pronunciamento. Lembro-me que eu disse: até nas flores se nota a diferença de sorte, umas enfeitam a vida, outras enfeitam a morte. Estamos aqui, dois Presidente; saiu o Presidente da Arena, exigindo que votássemos a extinção do seu Partido. Ele está com vergonha do Partido, acha que não dá mais, porque na próxima eleição ir com o nome da Arena é desprestígio total. Então quer extinguir o Partido e criar um novo, achando que, criando um novo partido, mudando o rótulo, mas ficando o conteúdo igual, vai mudar. E foi o que aconteceu. Mudaram a Arena, colocaram o PDS, e o Partido durou dez vezes menos tempo do que a Arena, porque o conteúdo era o mesmo.

Mas fomos para a eleição no colégio com Tancredo e com Sarney, e ganhamos a eleição. Hoje, estamos em plenitude democrática. Hoje, estamos em regime de plena democracia. Mas o velho MDB... Que destino trágico o nosso! Em vez de Ulysses, em vez de Tancredo, em vez de Teotônio, em vez de Montoro, em vez de Covas, à exceção do seu presidente, justiça seja feita, do Deputado Temer, que tem se esforçado, nós temos uma cúpula que não podia fazer o que está fazendo conosco.

Então Presidente do Senado, o Sr. Jader, quando jovem, conseguiu criar um partido junto com o Sr. Collor. Na China arrumaram o primeiro milhão, criaram o PRN e lançaram a candidatura do Collor, que derrotou praticamente todo o Brasil. A competência do Sr. Renan derrotou Ulysses, Brizola, Lula, Covas e Afif. Os líderes de todos os Partidos perderam para o Sr. Collor e para o Sr. Renan.

É verdade que o Sr. Renan tem várias passagens e vários estilos. Entrou no MDB depois de romper com o Collor, no MDB esteve firme como Ministro do Dr. Fernando Henrique e hoje é o homem de absoluta confiança do Presidente Lula. O Presidente Sarney, eminência parda dentro do PMDB, no Governo desde a “bossa nova” da UDN, apoiava o Dr. Juscelino Kubitschek e até hoje é Governo. O Líder Suassuna, com todo respeito, penso que deveria licenciar-se da Liderança. São tantas referências já feitas ao seu nome, envolvendo auxiliares seus em tantas questões tão confusas! S. Ex^a, que já subiu tantas vezes à tribuna para se defender – e quero crer, inclusive, que terá todas

as condições de se defender e provar que tudo isso é uma calúnia atrás da outra –, deveria fazer isso não como Líder do Partido, mas como cidadão, da mesma forma que outros Líderes de outros Partidos que receberam as mesmas denúncias e pediram afastamento, para ver as coisas acontecerem. É um outro apaixonado pela causa, do outro lado. O Sr. Geddel publica nos jornais do Rio Grande do Sul que eu sou um pobretão e um franciscano, mas que pobretão franciscano não ganha eleição, porque para ganhar eleição é preciso ter dinheiro. Lá está com o PT. Nosso ex-Presidente do Partido, que foi Presidente do Senado, Senador pelo Pará, renunciou a sua cadeira no Senado e hoje é Deputado Federal. Foi essa gente que tomou uma decisão impressionante ontem.

A Executiva decidiu realizar a convenção no dia 11 – atribuiu ao Presidente do Partido que marcasse a convenção, e o Presidente, na convenção que estava sendo realizada no Petrônio Portella, ao encerrar disse: “Está convocada a convenção para o dia 11 de junho”. Fez-se o edital para o dia 11. Fomos, o Garotinho e eu, e registramos as nossas candidaturas. Não tiveram um gesto de gentileza – nós tínhamos marcado com a imprensa às 11 horas para fazer a entrega da concordância com a candidatura; ao meio dia, estavam eles lá, para fazer uma reunião da Executiva para decidir.

Primeiro, o Sr. Geddel entrou com um requerimento, suspendendo a convenção do dia 11. Ponto. Aí o Presidente Temer disse que não poderia suspender a convenção do dia 11, sem mais nem menos, porque a convenção do dia 11 não é uma convenção extraordinária, é uma convenção ordinária, prevista pela lei, que determina que o Partido, entre o dia 10 e o dia 30 de junho, faça a sua convenção para escolher o seu candidato.

Então, eles emendaram e apresentaram um pedido para a convenção ser transferida para o dia 29. Dia 30 encerra-se o prazo; dia 29 eles querem realizar a convenção do MDB.

É impressionante! A convenção nacional de um Partido tem a responsabilidade de conduzir o caminho do Partido, e sabe-se que as convenções estaduais têm que ser realizadas para escolher os candidatos a Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado, para fazer coligações. Há uma lei do Tribunal Superior Eleitoral determinando normas que deverão ser seguidas para que os partidos possam fazer coligações. E marcaram para o dia 29, último dia! Como ficam as convenções estaduais? Como as convenções estaduais tomarão decisões antes de saber a determinação da convenção nacional? Poderiam ter sido feitas convenções estaduais extraordinárias para que dissessem

que não queriam candidatos; reunir-se-iam Pará, Bahia, Ceará etc e diriam: “Não temos candidato”. Fariam convenções extraordinárias e, quando a convenção nacional se reunisse, já se saberia que as convenções estaduais viriam com essa determinação.

Eles podiam realizar a reunião no dia 11. Têm tanta autoridade, tanto poder, tanta força! Que deixassem a convenção ser realizada no dia 11; viessem e derrotassem a outra proposta. Apresentassem a moção, dissessem que não querem candidatos e derrotassem os outros na convenção. Assim, no dia 11, a direção nacional teria tomado providências para que as convenções estaduais fizessem o que julgassem conveniente fazer, mas não foi isso que fizeram. Deixaram a convenção para o dia 29.

A pergunta é: podem as convenções estaduais reunir-se e decidir antes da convenção nacional? Se a convenção estadual do MDB se reunir e tomar a decisão de fazer coligação com Fulano, Fulano e Fulano, com o partido tal, partido tal, partido tal, e a convenção nacional decidir que não pode, que a nossa aliança será outra, como é que fica a decisão estadual?

Fico muito machucado, porque nunca gostei de ver o Supremo intervir no Congresso Nacional – como aconteceu no caso do rapazinho, zelador lá daquela casa, que foi impedido de depor –, nunca! Isso é ruim para nós. Eu tive que entrar com um pedido no Supremo porque os Líderes Mercadante e Renan não aceitaram criar a CPI. E o Dr. Sarney, Presidente do Senado, que tinha a obrigação de indicar os membros, não os indicou. O Senador do PDT, meu querido companheiro do Amazonas, e eu entramos e ganhamos por nove votos a um. O Supremo mandou criar a Comissão. Mas aquilo me machucou; fiz porque tinha que fazer.

E penso que agora vai acontecer isso. Vamos ter que solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral que responda essa indagação – que nem é uma indagação de olhar o estatuto e ver como é ou como não é. Eu não olhei e imagino que pode até não ter primeiro a nacional e depois a estadual. O mal do Brasil é que aqui tudo tem que estar escrito, pois, se não estiver, não vale. Mas acho que o Supremo vai dar ganho de causa. Primeiro a convenção nacional.

Agora, o que dói é ver o MDB, um Partido com a história que tem, com a atual direção. Houve uma convenção do MDB contra a participação no Governo Lula, a favor da governabilidade, mas contra a participação no Governo. A Bancada do MDB no Senado nunca se reuniu para indicar Ministro. No entanto, o Líder vai lá e indica fulano, indica beltrano, indica não sei quem. Nunca reunimos a Bancada. Não digo que eu nunca me reuni com a Bancada; não, a Bancada nunca foi reunida, muito menos a Executiva. Então,

quem está lá está em nome próprio. Não é bem em nome próprio, porque nenhum dos Ministros que estão lá está em nome próprio, mas, sim, em nome do Renan ou em nome do Dr. Sarney.

Há até uma certa inveja de seu Partido, Presidente, porque dizem que não tem nenhuma das tendências, nem a maior, aquela que era a tendência... Qual era a maior tendência, do Olívio, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Articulação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a maior de todas? (Pausa.) Nem a articulação tem tantos Ministros como têm o Dr. Sarney e o Dr. Renan.

O Ministro de Minas e Energia, que me parece ser um bom cidadão, pelo que eu sei, não tem ficha no MDB. É uma escolha pessoal do Dr. Sarney. Então, essas pessoas que têm esses cargos, como o Sr. Jader, o homem forte no Norte, é que tomam as decisões.

Na verdade, a imprensa chegou a publicar que o Dr. Lula quer, com urgência, saber uma posição do MDB. O Sr. Lula não quer apoio, não precisa, mas precisa da certeza de que o MDB não terá candidato, porque todas as estatísticas estariam a dizer que o PMDB não ter candidato seria uma garantia de que ele ganha no primeiro turno.

Com essa decisão, o Dr. Sarney leva o Ministério dos Transportes e o Dr. Jader leva o Ministério da Saúde. Estão esperando por isso. E não levam no próximo governo, mas levam agora. Tomada a decisão, amanhã eles vêm. É por isso que eles estavam felizes, soltando foguete, quando votaram. Mas parece que o PT está esperando saber se vamos entrar com recurso, porque, se entrarmos com recurso, fica a dúvida, e se ficar a dúvida, não levam agora.

Olha, o argumento que eles usam é de que o PMDB não tem gente, não tem quadro. Dizem que o PMDB é um partido inexpressivo, que não se preparou. Há dois anos que estamos falando em candidatura própria e há dois anos que eles estão bombardeando. Dizem que não nos preparamos e que não podemos ter candidato. Dizem que o MDB tem que ter candidato a governador, que temos que fortalecer as candidaturas a governador, que vamos fazer um grande número de governadores. É uma tese ridícula.

A primeira coisa que temos que fazer, se tivermos maioria neste Congresso, é um novo pacto social, um novo pacto federativo, porque prefeito e governador estão à margem, são figuras que estão à sombra do Presidente imperial. O Presidente, com suas medidas provisórias, o poder e o dinheiro, faz o que quer.

No meu Rio Grande do Sul, coitado do Rigotto! Da verba que ele teria direito, pela Lei Kandir, de receber, daquilo que deixamos de receber, porque ficaram

isentas as exportações de imposto, que seria compensado pelo Governo, pois o Rio Grande do Sul teria o direito de receber, hoje, R\$4 bilhões, R\$1 bilhão por ano, nada foi repassado. Este ano, zero.

Estão todos os governadores de pires na mão, até o de São Paulo.

Numa hora como esta, em que o importante é ter um candidato a Presidente da República, o PSDB entrega para o PFL o Governo de São Paulo, a Prefeitura de São Paulo, por causa da sua candidatura, do seu Presidente, em que o P-SOL, que nasceu ontem, já tem uma candidatura, para querer aparecer, em que o PDT, que está aí com a candidatura de V. Ex^a, Senador Cristovam, quer marcar posição, marcar idéia, marcar filosofia, marcar pensamento, o PMDB não quer candidato, mas governadores. O importante é ter governadores, como diz o Dr. Sarney, como diz o Dr. Jader, como diz o Dr. Renan.

Mas e o Dr. Jader, no Pará? No Pará, para Governador, ele apóia a Senadora do PT. O PMDB não tem candidato a Governador no Pará. O Sr. Jader está apoiando a Senadora do PT. O Dr. Sarney, o ilustre Dr. Sarney, no Maranhão, está apoiando a sua filha pelo PFL. Reparem que o Dr. Sarney está no PMDB, foi Presidente da República no PMDB, até Presidente de Honra foi.

Ora, quando gosto de alguma coisa, a primeira coisa que faço é levar a minha mulher e meus filhos. Todos os meus filhos torcem pelo Internacional, são todos colorados. Lá na igreja estão todos comigo. O Dr. Sarney fez questão de não trazer sua gente, estão todos do lado de lá, a começar pelos seus filhos. Seus filhos, a sua liderança, o grupo que o cerca está lá. Ele veio sozinho e fez questão de ficar sozinho no PMDB.

Tudo bem. Afinal, é sua filha! Ele apóia sua filha no Maranhão. Mas e no Amapá? S. Ex^a criou o Estado do Amapá como Presidente e por lá é candidato a Senador. O Governador do Estado é do PMDB? Não. Ele está fazendo um acordo. Não sei de qual partido vai ser, mas do PMDB não vai ser. O Dr. Sarney, que é de um partido forte, que vai lutar por Governadores, não tem candidato a Governador nem no Amapá nem no Maranhão.

O nosso Líder, o Presidente do Senado, um homem de luta, de força, de fé, o que mais defende a importância dos candidatos a governadores...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E vejam que ele fez do Governador de Alagoas o Presidente da República. Um governadorzinho que ninguém sabia quem era, que foi Deputado pela Arena, que pulou para o PMDB, elegeu-se governador, criou o PRN e se tornou Presidente da República, apoiado pelo Renan.

O PMDB tem candidato a Governador em Alagoas? Não, apóia o PSDB.

O furioso, o combativo líder Geddel, lá na Bahia, no seu enfrentamento com Antonio Carlos, tem candidato a Governador? Não. Apóia o PT.

O Rio Grande do Sul quer candidatura própria. Tem candidato a Governador e quer candidatura própria.

Santa Catarina, cujo Governador é candidato à reeleição, quer candidato próprio e quer candidato a Presidente da República.

No Paraná, o Governador é candidato à reeleição, quer ganhar a eleição e quer candidato a Presidente da República.

Em São Paulo, Quércia é candidato à eleição e quer candidato a Presidente da República.

No Rio, temos candidato, queremos a reeleição, e querem candidato a Presidente da República.

Ali, em Goiás, perdemos por um acaso a eleição, mas estão lá o Iris e o Maguito, que é candidato a Governador, que vai ganhar, mas quer candidato a Presidente da República.

Os que querem candidato a Presidente da República nos seus Estados têm candidato forte para ganhar o governo do Estado. Quem não quer candidato a Presidente da República com o argumento de que precisa fortalecer os Estados não tem candidato ao governo do Estado.

Estou falando isso no caso de alguém, daqui a dez, vinte anos, querer analisar. Por isso, estou dando os nomes, para que fiquem na história.

Com o maior prazer, concedo o aparte ao Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, a autoridade moral de V. Ex^a em fazer uma análise muito bem feita da conjuntura e da inserção do PMDB no contexto nacional e numa disputa realmente tem as suas procedências. Agora, V. Ex^a há de convir que, entre todas as lideranças do diretório nacional, de cuja reunião V. Ex^a ontem mesmo participou, numa discussão política, há uma decisão de não se correr o risco. Se V. Ex^a tem 1% na preferência do eleitorado brasileiro, é uma aventura, uma aventura grande. A maturidade política se faz necessária. Agora, quais são os ingredientes que estão nesse pronunciamento? Será que só V. Ex^a tem razão? V. Ex^a se lembra da grande aventura do saudoso e grande Líder Ulysses Guimarães? Em 1988, na promulgação da Constituição, saiu para uma grande campanha um nome de projeção nacional, um nome com condições morais de ser submetido à apreciação da população brasileira, do eleitorado brasileiro. Agora, V. Ex^a há de convir que não podemos, de maneira alguma, admitir um risco, uma situação... Se a Nação vive um momento difícil hoje,

é preciso ter maturidade política. Não foi por disputas anteriores que V. Ex^a não assumiu a Presidência da Casa ou por grupos que estiveram aliados participando do Governo. V. Ex^a também foi Líder nesta Casa do Governo Itamar Franco, e nem por isso sofreu críticas dos seus companheiros. Havia uma divisão. Hoje, com a grandeza do PMDB, estamos todos divididos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdão, com todo o respeito, no Governo Itamar Franco, o PMDB estava todo com ele.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Mas hoje estamos divididos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Hoje, sim; mas, naquela época, não.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Hoje estamos divididos. Lá no Amapá, como V. Ex^a citou, é uma honra muito grande para nós ter o Presidente Sarney, e estamos também trabalhando a composição. Posso vir a ser um candidato a Governador pelo Partido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ótimo.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Posso, posso vir a ser. Mas estamos numa discussão madura, Senador Pedro Simon. V. Ex^a sabe que o Presidente Sarney, o Presidente Renan e todas as lideranças têm a maior deferência por V. Ex^a. Não estou aqui para dizer-lhe que está errado, não. Ao pensamento de V. Ex^a deve ser garantido o direito a questionamento, mas quero lhe dizer que, do lado daqui, há um grupo de líderes que tem um pensamento a respeito de não marchar com um grande risco. No Amapá, há apenas 16 anos passamos a Estado, e o Presidente Sarney tem sido um nome que nos tem ajudado muito, Senador Pedro Simon. Sou um garoto ainda, fui Deputado Federal, ainda estou no exercício e não chego perto ainda da experiência de V. Ex^a, muito menos da experiência de José Sarney. O Amapá sente-se muito honrado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perto da experiência de Sarney nem eu nem V. Ex^a, ninguém vai chegar perto.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele atinge o clímax.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Realmente. É um homem muito hábil, inteligente, membro da Academia Brasileira de Letras.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Entre outras coisas.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Ocupou todos os cargos do Legislativo e do Executivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No Judiciário, foi Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É um homem de competência, de competência, Senador Pedro Simon. É o resultado da trajetória de vitórias – V. Ex^a sabe muito bem disso. Na política, o importante são as vitórias acumuladas; as derrotas ficam como experiência. O Amapá sente-se muito honrado. Todos os outros líderes optaram por uma composição com o PT ou pela liberdade do Partido – e a tendência vai ser de o PMDB ficar livre, possivelmente, nessas eleições, para compormos nos Estados conforme os interesses e as alianças. Quero dizer a V. Ex^a que é uma honra para nós termos o Presidente José Sarney lá no Amapá. Nós levaremos muito tempo para formar lideranças, porque somos muito jovens – são apenas 16 anos, Senador Pedro Simon. Sou um admirador de V. Ex^a. Só não concordo com alguns posicionamentos. Sobre a questão da liderança do Renan Calheiros, do Jader Barbalho, do Presidente José Sarney e de outras alianças, é preciso V. Ex^a sentar e conversar. Temos 1%, Senador Pedro Simon – V. Ex^a tem 1%, 2% ou 3% de preferência. Gostaria que tivesse 20%. Com certeza, eu seria um cabo eleitoral de V. Ex^a, sem problema algum.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não está dizendo o sensato, porque o Garotinho, durante um ano, ficou com 20%, 22%, 23%.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – E terminou com 10%.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Bombardearam ele, e não o deixaram ser candidato. Ele teve que sair porque não deixaram ele ser candidato, e ele tinha 20% ou 23%. Durante um tempão, ele ficou em segundo lugar, e não o deixaram ser candidato.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, só o aparteei para dizer a V. Ex^a que, para nós, é uma satisfação muito grande ter o Presidente José Sarney e para parabenizá-lo pela sua grande experiência. V. Ex^a é um homem de reputação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Gostaria de ser o seu cabo eleitoral, pois muito me honraria pedir votos para V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Eu sei disso.

Que Partido é esse que não quer Presidente da República, que acha que não é importante o Presidente da República? “Pode perder”. Mas o Lula perdeu três, o Lincoln perdeu três, Mitterrand perdeu três, a história do mundo está cheia de homens que perderam, perderam, perderam e ganharam. Muitas vezes ganha-se mais na derrota que na vitória.

O PT somou muito mais nas três derrotas do que agora, no Governo. Ah se, no Governo, ele tivesse fei-

to o entendimento, o debate, a seriedade, a censura que ele fazia quando estava na Oposição! Ah se ele cobrasse aquelas linhas de ética, de moralidade, que ele, na Oposição, cobrava de seus Parlamentares, inclusive estando agora no Governo!

Perder é perder. Perdemos com Ulysses? Perdemos. Erramos? Erramos. O herói, Dr. Ulysses, não era a vez dele, não era a vez dele. A vez dele foi a vez do Dr. Tancredo. Ele ganharia nas Diretas Já ou no Colégio Eleitoral. A vida é engraçada. Ali, aquela eleição era do Quércia. A Globo chamou o Quércia porque dizia que os militares eram contra o Dr. Ulysses. Segundo lugar, todas as pesquisas diziam que, com a morte do Dr. Tancredo, com 74 anos, o povo queria um jovem, algo que significasse novo. Aconteceu o que era esperado.

Quatro anos depois, o Quércia quis ser candidato, ele que não quis quatro anos antes, estava num bombardeio. Hoje muitos me perguntam: “Senador, o senhor conversa com o Quércia? O senhor vivia na tribuna falando horrores do Quércia”. É verdade, mas, passados 20 anos, não há um processo contra o Quércia, não há uma condenação do Sr. Quércia. Pelo contrário, hoje o PT está correndo atrás dele, perguntando o que ele quer, dizendo que tiram o Senador do PT e dão a candidatura ao Senado ou a vice-Governador a ele. E o PSDB faz mesma coisa. Mas aquela não era a vez dele.

Agora, estamos com o Garotinho, que tem 20%. Não tem agora porque há um bombardeio em cima dele, dizendo que ele não pode ter. Ora, Sr. Presidente, não querer ter candidato a Governador... Não querer ter candidato a Presidente... O que é isso? São as pessoas que têm os cargos no Governo, têm os Ministérios do Governo, têm os diretores da Petrobrás no Governo, têm os diretores do Banco do Brasil no Governo, cargos esses que nós, do MDB, não temos nem idéia. O Presidente Lula podia fazer esse favor. Acho que devia ser obrigação publicar mensalmente a composição do Governo e a filiação partidária desses cidadãos. Fico com pena do meu Partido, que não merecia essa sorte.

O Lula está no papel dele. Segundo as pesquisas, com o PDMB, ele ganha no primeiro turno. Está fazendo o papel dele. Mas quem está fazendo papel feio é a cúpula do MDB – bota papel feio! Volto a repetir, em primeiro lugar, o meu nome. Eu sou candidato a Senador pelo Rio Grande do Sul. Aliás, tenho dito lá no Rio Grande: “não se esqueçam do meu nome, não comecem a riscar o nome do Senador, que é o Pedro Simon”. Então, nessa campanha para eleição direta, temos o candidato. Apresentamos o Rigotto, com quem andei pelo Brasil afóra. Foi quando vi – nem imaginava isso, fazia tempo que não se via mais por este Brasil – concentrações do MDB reunindo milhares de pessoas. Fiquei impressionado quando vi aquele povo reunido no Maranhão, com o Senador Sarney e o Presidente do Senado contra. Mas o povo era a favor. Em Ala-

goas, uma montanha de gente a favor. No Pará, uma enorme concentração a favor. No Brasil inteiro! É que o MDB está tendo uma vida nova. Passamos os nossos pecados. O MDB foi decaindo, decaindo. Não dá para dizer hoje das referências que tínhamos no passado, como Tancredo, Teotônio, Ulysses. Hoje, quem vamos citar? O MDB está num momento difícil. Na universidade, quem não era PT, era PSDB.

Olha, Sr. Presidente, eu achava que o Lula e o PT fariam um governo extraordinário. Rezei muito para isso, apostei nisso, mas deu no que deu. Não foi o MDB que está aqui querendo candidato a Presidente. E perguntam: o que vocês querem se vocês perderam com Ulysses Guimarães, perderam com o Quércia? O que vocês querem aí? Vocês não representam mais nada! Não é isso que está acontecendo. O Brasil fez uma jogada espetacular com a social democracia do Sr. Fernando Henrique. Elegeu o homem mais culto, cuja cultura foi menor do que a vaidade, a Presidente da República. E a social democracia imperava no mundo, na França, do François Mitterrand, do Espanha, do Felipe González. E o que deu? Deu no que deu.

Não vou aqui fazer análises, não vou falar em Vale do Rio Doce, não vou falar em como é que saiu a reeleição, mas deu no que deu. Aí veio o PT. Mas agora vai ser espetacular: o PT com 25 anos de luta, de idéia; o PT que sai debaixo da saia de D. Paulo Evaristo Arns, saiu da sacristia das igrejas, para fazer um partido de santo, de moralizadores, de épico. E como era bonito o PT na Oposição! Como era bonito o PT na Oposição! Eu achei que seria uma maravilha. Deu no que deu.

Então, Sr. Presidente, você faz uma pesquisa hoje, o MDB, que na época das Diretas Já tinha 80%, 60%, a imensa maioria da pesquisa a favor do Partido, foi caindo, foi caindo, foi caindo. Quando Lula ganhou, o PMDB estava lá atrás na preferência popular. Hoje, o MDB está em primeiro lugar com 27% e o PT baixou de 30% para 12%, está lá atrás. O PSDB está com 5%, lá atrás. Isso é uma realidade.

Não tenho tempo para atender todas as universidades que me convidam, mas vou a muitas. No início do Governo Lula, nesses últimos cinco anos, eu entrava e as pessoas me diziam: “Olha, Senador, gostamos muito do senhor. O senhor fale e diga o que quiser, mas não fale mal do Lula nem do PT que o senhor vai ser vaiado. Quer falar, fala, mas depois não se magoe das vaias”.

Quem me dizia isso era o reitor da universidade, com o distintivo do PT na lapela, um padre jesuíta, reitor da universidade – jesuíta e com distintivo do PT. Todos estavam fantasiados de bandeira e não sei o quê do PT. Era assim.

Vai visitar uma universidade hoje! Vai visitar uma universidade hoje! Mexo muito. Voltei à universidade daquele reitor, não era mais reitor, mas estava sentado ali, fui abraçar, é meu grande amigo: “O senhor dá

licença?” Virei a lapela dele para ver e disse: “Queria ver, o senhor podia ter escondido. Tem muita gente escondido”. E ele me respondeu: “Nem escondido”. Porque estava magoado.

Eu recebo milhares e milhares de pedidos dizendo isto: “O MDB tem de ocupar espaço, tem obrigação de ocupar esse espaço”. Por que eles se lembram do MDB?

E o PDT? Tem um candidato fantástico, dois, aliás. Poderia ser ele, poderia ser o Jefferson, mas, com todo o carinho, não têm o embasamento, a quantidade de gente necessária para ganhar, não têm nem tempo de televisão garantido para ocupar o espaço. Pode ser que mude, que dê certo – queira Deus! Talvez eu esteja lá, embalado e ajudando nesse sentido – queira Deus!

Diante da opinião pública, acham que é um partido, que tem o maior número de Governadores, o maior número de Prefeitos, o maior número de Senadores, o maior número de Deputados Federais, o maior número de Deputados estaduais, o maior número de militância é o PMDB. Eles acham que deve ser o PMDB. Quem tem a maior história é o PMDB.

O PSDB não deu certo, o PT não deu certo, mas agora estamos caminhando por aqui. O PMDB é que fique de fora, mas nós não estamos caminhando por aqui. Estamos na véspera de um processo – eu entendo disso – que, se não tiver o MDB nessa campanha, não sei como terminará, na televisão, a bipolarização entre o PT e o PSDB; não sei. Minha experiência me diz que será muito difícil ao PSDB, lá embaixo nas pesquisas, não querer vir com o nome do filho do Lula ou sei lá o que mais. Vai ser muito difícil o PT não questionar a reeleição do Fernando Henrique, a venda da Vale do Rio Doce. Vai ser um debate áspero, vai ser um debate difícil. Vai ser uma troca de roupa suja.

O MDB muda essa campanha. O MDB dá um tom diferente a essa campanha. O PMDB vai olhar para a frente, vai se preocupar com um projeto. Não precisa ser um projeto tão espetacular. Espetacular foi o do Fernando Henrique. Mas espetacular foi o do Lula: quinze milhões de empregos! Coisa fantástica! Quatro refeições por dia! Zero de miséria! Prometer não dar. Até porque se prometer ninguém acredita.

O povo quer, como dizia antigamente o socialista que vi e me emocionou na Espanha, Felipe González, no auge: o povo quer coisa simples. O povo não quer uma correria. O povo não quer um governo que prometa que, amanhã, você vai ter casa, escola, educação, saúde; você vai estar com todos os seus problemas resolvidos. Não é isso! O povo quer um governo que diga e que cumpra. Que não corra, caminhe; mas caminhe para a frente, não que dê dez passos para a frente e cinco para trás. Dentro desse contexto, é que terá que ser apresentado um projeto.

Por isso, o meu candidato era o Itamar Franco. Porque o Itamar, dizia eu... Em primeiro lugar, o PT vai apresentar a proposta: vamos fazer isso. E os caras vão dizer: Mas por que você não fez? O PSDB, vou fazer isso. E os caras vão dizer: Por que você não fez? O candidato do PMDB vai dizer: Você vai fazer isso? Ah, mas vocês só prometeram também... Itamar, não. Com relação aos dois anos e oito meses em que ele foi Presidente da República, ele pode prestar contas de tudo o que ele fez e dizer: Eu vou fazer o que eu fiz. Vou tratar a corrupção como tratei no meu Governo. Vou tratar o sistema financeiro como tratei no meu Governo. Eu disse que banqueiro e empresário paulista não seriam diretores de banco; não foram: Banco do Brasil, ex-funcionário; Banco Central, ex-funcionário; Caixa Econômica Federal, ex-funcionário; BNDES, ex-funcionário. Ele disse: “No Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento, não quero grandes grupos”, o jornal **O Estado de S. Paulo** botou manchete: Dupla caipira no comando da economia: secretário da Fazenda, de Minas Gerais; secretário do Planejamento, de Pernambuco.

A minha candidatura é bom que se esclareça: fui procurar o Senador Renan, entrei em entendimento com o Senador Sarney: vamos nos sentar à mesa e vamos escolher nomes do entendimento de todos nós. E dei um de saída: Jarbas Vasconcelos*. Porque a esta altura não pode ser o Rigotto*, não pode ser o Governador Requião, porque esses não se afastaram do cargo. Mas, mesmo assim, temos gente de sobra. Cheguei a aventar por aventar: V. Ex^a, Sr. Sarney, pode ser candidato. Não aceitaram. Não aceitaram e não aceitaram. Esperamos até o último dia para compor uma chapa. E ontem, quando compusemos nossa chapa, o Garotinho e eu dissemos: Essa chapa é a chapa para garantir registro de que o PMDB vai ter candidato. Mas registrada a chapa e garantida a eleição, não significa que o Pedro Simon tenha que ficar até o fim, nem o Garotinho. Se o comando partidário abrir os olhos e vir que há essa possibilidade, vamos nos reunir. E a qualquer momento, sabemos todos nós, podemos nos reunir e substituir o candidato a presidente. Faço isso com a maior alegria, com a maior satisfação. Nunca foi do meu feitio fazer uma campanha pessoal. Eu estava nessa campanha, de repente, o Garotinho vai lá e faz um discurso abrindo mão da candidatura dele a meu favor. Mas eu nem dei bola, fui embora e não aceitei. Mas me disseram que se eu não aceitasse, acabaria a candidatura e não teria mais candidatura à presidência, porque ninguém mais vai aparecer. O Itamar está saindo, o Garotinho saiu. Então fiquei para segurar o lugar, para ver se teria outro candidato.

Fui ao Presidente do Senado e falei para encontrarmos esse nome. E estou aqui, nesta hora, dizendo que ainda é possível, ainda é viável. Vamos reunir o

partido para discutir, analisar. Se for o Jarbas, será ele. Jarbas, toma o lugar.

Este discurso vai ficar para a história, Sr. Presidente. Não vão rir de mim, dizendo que sou um vaidoso, pretensioso, bobalhão. Sei da minha humildade e insignificância, mas o conteúdo histórico do meu discurso, do que estou falando vai se realizar. Pessoas vão fazer mestrado e vão analisar as vias do partido. Alguém vai querer analisar e fazer história em torno desta campanha que vai começar, de consequências imprevisíveis, e saber por que o MDB não estava lá.

Há outro fato, Sr. Presidente, o tom da campanha de PT e PSDB pode ir para o tom quase institucional. É só vermos os debates de um lado e de outro para percebermos que estão sendo contidos; mas no momento em que entrarem na disputa pelo tudo ou nada, não sei o que pode acontecer.

Em São Paulo, não houve uma briga de presidiário, não foi uma rebelião de presídio; em São Paulo, houve a primeira manifestação de uma máfia organizada, ultra-estruturada na história do Brasil. Que não perde para a Itália e não perde para o americano.

Como dizia o Clóvis Rocha na sua coluna, não quero nem discutir se houve acordo entre governo e máfia para parar, não quero nem discutir isso. Só digo o seguinte: eles pararam quando quiseram, o que significa que voltarão quando quiserem.

Olha, acompanhei, durante quatro anos, aqui e na Itália, a Operação Mãos Limpas e sei o que foi e o que significou. Mais de cem deputados – não absolvidos de nenhum mensalão – mas cassados e na cadeia. Quatro ex-primeiros ministros, inclusive o atual, que era Primeiro Ministro, saiu do cargo, foi para a cadeia. O Diretor Presidente da maior empresa, a Fiat, saiu da empresa e foi para a cadeia; e muitos procuradores e muitos juizes também foram para a cadeia porque ali foi feita uma operação para valer.

Agora, nós, hoje, vemos as manchetes que mostram que não sei quantos dias depois esse Chefe da Casa Civil não foi ainda indiciado nem chamado para depor... Não aconteceu nada com nenhum dos quarenta ladrões apontados pelo Procurador-Geral da República! O Procurador-Geral da República denunciou um ministro e a denúncia do ministro está na mão de um ministro do Supremo Tribunal. Eu vim a esta tribuna falar que era impossível um ministro estar sendo processado no Supremo Tribunal! Aí caiu o ministro. E, hoje, ele é Líder do Governo aqui nesta Casa. Deixa de ser ministro porque está sendo processado no Supremo, mas pode ser Líder do Governo.

Se não tivermos uma preocupação nesse sentido não sei o que vai acontecer. Esta Casa esgotou o tecido, o tecido da CPI. Sempre participei da organização da CPI. Agora não, porque temos um Líder superior, com uma experiência muito grande que é o Senador

Ney Suassuna, que achou que estou superado e botou gente mais competente do que eu. Mas, mesmo assim, fui lá e tenho acompanhado os trabalhos. A CPI tem uma missão difícil. Com relação a essa CPI que pediram agora, é claro que eu sou contra o Senador Renan, que quer engavetá-la. Quem é ele para engavetar isso? Se nós nos reuníssemos para discutir as dificuldades que estamos vivendo para criar uma CPI neste momento, eu discutiria isso.

O problema é mais sério hoje. O problema é aprovar o meu projeto, Sr. Presidente, que termina com o inquérito policial, que é uma das origens da impunidade neste País. Nosso objetivo é fazer o mesmo que existe na Itália e nos Estados Unidos, onde o processo fica nas mãos do procurador. A carreira de delegado de polícia está junto com a de procurador. Quando o inquérito é aberto, é para valer. Aqui o inquérito policial – eu sou advogado de júri – é piada, porque não vale nada, como aconteceu com o caso do PC Farias: o delegado foi lá, arrasou, queimou as provas, não deixou nada sobre nada e concluiu que foi um crime passional. Ela era apaixonada pelo PC, matou-o e depois se matou. O romance dos dois era de alguns meses, a fonte de renda dela era ele, por que iria matá-lo? Mataram-no, é claro, porque ele era um arquivo vivo, que assustava todo mundo. Por isso queriam matá-lo de qualquer jeito e o mataram. Se fosse um inquérito diferente, se fosse na Justiça, se fosse um procurador que estivesse coordenando isso e não um delegadozinho lá do interior, a coisa teria sido diferente.

Acho que temos de nos preocupar com essas grandes questões e não querer que as coisas continuem como estão.

Um momento que olhei com otimismo foi quando o Sr. Tarso Genro assumiu a presidência do PT. Ele deu uma declaração de que me orgulhei: “Nós vamos fazer a recriação do PT. Para nós, não interessa nem a CPI, nem o Congresso, nem a Polícia Federal, nem os tribunais, nem os procuradores. Nós vamos reunir o Partido, vamos fazer a sindicância, vamos apurar e vamos botar pra rua. Nós vamos botar”... Botaram ele para fora. Não durou quinze dias. E ele, que pensou que tinha toda credibilidade do Presidente da República, ficou falando sozinho. E agora, na última reunião do PT, tomaram uma decisão histórica. Eles poderiam ter tomado uma decisão ou não tomar decisão nenhuma, não precisavam nem tocar no assunto. Mas puseram em votação que até à eleição não se fala em nada que tenha acontecido de errado, inclusive estava o Sr. José Dirceu, aplaudidíssimo por todos e recebeu um elogio de corpo presente de “meu irmão”. O Lula quando foi para a tribuna, lançou um beijo para ele.

Dentro desse quadro é que eu pergunto: cabe ao PMDB, na troca de meia dúzia de cargos que facilitam a três parlamentares, esquecer a sua posição, o

seu papel? Repito: eu estou nessa caminhada como venho de longe. Eu me lembro das vezes que tive de ao Senado, quando eu era deputado estadual. Nós reunimos o partido, e eu vim a esta tribuna quando muitos queriam partir para a extinção do MDB, partir para o voto em branco, muitos defendiam as teses mais esdrúxulas, e tínhamos que resistir. Foram momentos dramáticos, difíceis, muito difíceis. Mas eu nunca tive, na luta pessoal, de buscar posições, e me sinto desconfortado. Eu gostaria muito mais se estivesse aqui o Garotinho, o Rigotto, o Governador de Pernambuco, o Itamar, que para mim era o melhor de todos, e aí eu ficaria com mais garra e com mais independência para falar.

Repito: isso é profundamente viável. Tenho certeza de que, se o partido for conversar com o Itamar e disser: é você Itamar, ele vai aceitar. Tenho certeza de que ele aceita. Tenho convicção de que ele aceita. Tenho certeza de que, se o partido for todo conversar com o Jarbas Vanconcellos e disser: é você Jarbas, ele vai aceitar. Mas essa gente não quer. Ainda é tempo, Sr. Presidente. Ainda é tempo.

Confio no povo e confio no meu Partido. O medo que tenho é de que esse comando que ele tem hoje possa ver nesta eleição o seu auto-extermínio.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Só quero dizer, Senador Pedro Simon, que, para mim, foi uma honra presidir a sessão enquanto V. Ex^a, da tribuna, fazia esse discurso histórico. Embora eu não concorde com tudo que disse, reconheço que é um discurso histórico para o PMDB.

Muito obrigado por este momento na minha vida.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Presidência informa que recebeu, do Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, o Ofício SGM/P nº 1.148, desta data, encaminhando relação de Deputados designados para comporem a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional.

São os seguintes os Deputados designados:

Darcísio Perondi (PMDB);
Maria do Carmo Lara (PT);
Eduardo Sciarra (PFL);

Custódio Mattos (PSDB);
Julio Lopes (PP).

É o seguinte o ofício na íntegra:

SGM/P nº 1.148/06

Brasília, 26 de maio de 2006

Exmo. Sr.

Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a relação dos Senhores Deputados designados para comporem a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional.

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

Darcísio Perondi – vaga do Presidente

PT

Maria do Carmo Lara – vaga do Presidente

PFL

Eduardo Sciarra – vaga do Presidente

PSDB

Custódio Mattos – vaga do Presidente

PP

Júlio Lopes – vaga do Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Luiz Pontes, Alvaro Dias, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores Leonel Pavan e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada "As mil e uma faces de Lula na crise", publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 6 de maio do corrente.

A matéria faz uso do episódio da crise com a Bolívia para ilustrar a total falta de coordenação existente no governo do Presidente Lula que, sem firmeza ou estratégia, é inseguro a respeito de que posição tomar, "soltou frases contraditórias frente à crise, que ele diz não existir".

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro do artigo intitulado "Um mensalão para a Bolívia", de autoria do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, publicado pelo Jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 9 de maio do corrente ano.

O artigo compara a megalomania do Presidente Lula com a dos presidentes militares como Médi

Figueiredo, que procuraram financiar obras faraônicas. Cony chama a atenção que, agora, Lula conta vantagem sobre a construção do gasoduto Venezuela Brasil, que poderia ser visto da Lua, mesmo sendo em grande parte subterrâneo, enquanto aceita de forma açodada a soberania da Bolívia em cima da Petrobras.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que os artigos acima citados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GOVERNO BRASILEIRO DEMONSTRA NERVOSISMO E PRESIDENTE EMITE FRASES CONTRADITÓRIAS SOBRE O TRATAMENTO DO CONFLITO COMERCIAL

AS MIL E UMA FACES DE LULA NA CRISE

DA REDAÇÃO

O Brasil demonstra falta de coordenação quando reage à nacionalização do gás e do petróleo anunciado pela Bolívia na segunda-feira, e que deve resultar no aumento do preço do produto usado pelas empresas brasileiras. Sem uma estratégia definida, o governo bateu cabeça e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva soltou frases contraditórias frente à crise, que ele diz não existir. Ora defende a soberania da Bolívia e até o direito ao aumento do combustível, ora diz que a Petrobras pode recorrer à Corte de Nova York para fazer valer o contrato com a estatal boliviana. Afirma que a Petrobras tem autonomia para investir onde considerar que tem retorno financeiro e, em seguida, promete novos investimentos no país vizinho. Diz que acredita que o preço do gás não vai aumentar, mas afirma que se subir o consumidor final não será prejudicado já que a Petrobras absorverá a elevação do custo.

Sem firmeza ou estratégia, o Brasil é bombardeado desde o início da crise comercial. Sob a posição de fragilidade em que se colocou na América do Sul, e, ao invés de adotar uma postura mais firme e decidida, passa a se defender internamente. O presidente Lula e o chanceler Celso Amorim aproveitam todas as oportunidades que aparecem para reafirmar o "caminho tortuoso" que o governo tomou. Durante a inauguração da Hidrelétrica Eliezer Batista, em Aimorés (MG), Lula respondeu aos críticos: "Tem gente que acha que ser duro resolve o problema. Às vezes, acho que ser carinhoso resolve melhor. Não pensem que eu vou fazer com a Bolívia o que os Estados Unidos fez com o Iraque? A Bolívia é um país pobre, que quer tirar seu sustento do gás. Somos um país rico perto da Bolívia." Já Amorim chamou de oportunistas os críticos e, destemperado, respondeu aos jornalistas: "O que vocês querem que eu faça, que eu invada a Bolívia e obrigue a eles a botarem no poço o preço que eu desejo?"

Justificativa

Inseguro a respeito de que posição tomar diante das cobranças e contornando um discurso mais duro, o presidente justificou: "Estou há três anos no governo e não consegui brigar com o (George W.) Bush (presidente dos EUA), que é aquela potência. Por que vou brigar com a Bolívia? Não tem sentido." Sobre a invasão, por tropas do exército, das refinarias da Petrobras na Bolívia, a reação foi tímida e limitada a uma conversa com Evo Morales. Conforme contou o próprio Lula, ele teria dito ao presidente boliviano: "Não precisa o exército cercar a Petrobras porque nós temos endereço fixo, temos residência fixa". Ele negou também que tenha sido surpreendido pela decisão do "amigo" boliviano, apesar de, no dia seguinte ao anúncio do decreto de nacionalização, ter convocado uma reunião de emergência com seus ministros. E articulado encontro não previsto com os colegas argentino, Nestor Kirchner, e venezuelano, Hugo Chávez, para discutir a questão com Morales. "Não é nenhuma novidade o que aconteceu na Bolívia. Não tinha ninguém inocente. Todo mundo sabia que tinha uma lei que exigia que houvesse a estatização", afirmou Lula em Minas.

O AFETIVO

Tem gente que acha que ser duro resolve o problema. Às vezes, acho que ser carinhoso resolve melhor.

O PACIFISTA

Estou há três anos no governo e não consegui brigar com o Bush, que é aquela potência. Por que vou brigar com a Bolívia?

O AMIGO DAS ONÇAS

Eles precisam de ajuda e não de arrogância.

O BANDIDO

Não precisa o Exército cercar a Petrobras porque nós temos residência fixa.

O INVASOR

Não pensem que vou fazer com a Bolívia o que os americanos fizeram com o Iraque.

O MILIONÁRIO

Somos um país rico perto da Bolívia.

AMORIM DIZ QUE HÁ LIMITE PARA ALTA DO GÁS

Em mais uma demonstração da falta de coordenação do governo brasileiro, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciava que a Petrobras iria arcar com o aumento de preço do gás sozinha, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmava que há limite para o reajuste. "Vamos defender, sim, o interesse da Petrobras. Vamos defender, sim, os interesses do consumidor brasileiro. Vamos defender, sim, o abastecimento do Brasil", afirmou Amorim.

"Se o preço chegar a um determinado nível, pode tornar-se mais interessante usar óleo combustível ou gás liquefeito de petróleo dependendo da atividade. Essas atividades têm de medir os preços que estão dispostas a pagar em função das alternativas que dispõem", argumentou. Segundo Amorim, "é óbvio" que há limite para o reajuste do preço do gás natural, dado que não se trata de uma commodity, como o petróleo. O gás boliviano, ressal-

tou ele, é apenas um insumo "vendido na região para viabilizar atividades da mesma região". Caso o preço seja considerado alto demais, o Brasil buscará alternativas para substituir o produto, como óleos combustíveis e gás liquefeito de petróleo (GLP).

O ministro disse considerar que essa mensagem ficou explícita no comunicado final do encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Evo Morales, da Bolívia, Hugo Chávez, da Venezuela, e Néstor Kirchner, da Argentina, em Puerto Iguazú, quinta-feira.

Destacou ainda que a participação de Morales no encontro abriu a perspectiva de diálogo sobre os preços e que o principal benefício do encontro teria sido evitar que a crise viesse agravar a situação de abastecimento. Amorim se preocupou em rebater as críticas à posição oficial brasileira. Reiterou que a fórmula original está correta, que o governo não está "jogando para a platéia"

e que é preciso ter um "pouquinho de paciência" para compreender que a equipe de Morales está em fase de aprendizagem. "Se eu não concordasse, não poderia mais estar aqui", cusparou.

Conciliação

O chanceler chegou a mencionar que tem a absoluta certeza

de que durante a negociação, será encontrada uma fórmula capaz de atender ao interesse das empresas e dos consumidores brasileiros mas de uma maneira que a Bolívia não se sinta espoliada, como foi no passado". Amorim disse ainda: "Temos que fazer isso (defender os interesses da Petrobras e dos consumidores brasileiros) sem usar de estridência, que só contribui para agravar a relação do Brasil com a Bolívia, para dificultar uma solução para o problema e até contribuir para a radicalização da posição da Bolívia."

Segundo o ministro, nos próximos dias uma missão de funcionários brasileiros, do governo federal e da Petrobras, vai a La Paz para dar prosseguimento às negociações. "Agora, as conversas se darão no âmbito técnico, e não diplomático", esclareceu Amorim. Ele frisou que a negociação de preço será feita entre as petrolíferas brasileira Petrobras e a boliviana YPFB.

Um mensalão para a Bolívia

RIO DE JANEIRO - Uma das manias que Lula cultiva com mais entusiasmo é a do auto-elogio. E, quando deixa de elogiar-se a si mesmo e passa a elogiar as suas realizações, lembra os governos militares, que eram pródigos em dividir a história do Brasil em antes deles e depois deles.

Já lembrei a última prestação de contas do presidente Figueiredo, em que ele arrolou como obras suas até mesmo o Pão de Açúcar e o Corcovado. Lula ainda chegará lá, mas, na semana passada, chegou à Muralha da China.

Explico: durante o governo Médici, iniciaram uma estrada monumental, a Transamazônica. A publicidade oficial dizia que seria a maior obra da Era Moderna, tal como a Muralha da China na Antiguidade. Pela sua extensão e largura, a Transamazônica seria vista da Lua.

Semana passada, falando do gaseado que seu governo está transando com países vizinhos, Lula disse que será uma obra igual a da Muralha da

China, certamente com a vantagem de ser vista da Lua, embora, creia eu, grande parte dela seja subterrânea. Mas nunca se sabe.

O açoitamento com que ele aceitou a soberania da Bolívia em cima de uma empresa brasileira foi também exagerado. Evidente que não é caso de o Brasil imitar países colonialistas e invadir a Bolívia para garantir investimentos ameaçados pela febre nacionalista de Morales. Mas rasgar contratos internacionais, trair compromissos aceitos de parte a parte, dá direito ao prejudicado pelo menos à estranheza, à busca de uma negociação, e não ao comodismo de aceitar a soberania alheia como referência maior da questão. A Bolívia é pobre (o Brasil também é pobre), merece ser auxiliada, mas não à custa dos interesses de uma empresa de mercado, como a Petrobras.

Lula deveria chamar Delúbio Soares e Dirceu para montarem um esquema igual ao do valerioduto para ajudar os bolivianos.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Além do acaso”, de autoria do jornalista Reinaldo Azevedo, publicada pela revista **Primeira Leitura** em sua edição de maio do corrente.

A matéria comenta o lançamento do livro **Arte da Política**, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ajuda a explicar a trajetória do autor durante o período que governou o País e demonstra as imensas dificuldades enfrentadas e lições e vitórias conquistadas pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ALÉM do ACASO

À falta de contemporâneos que tenham coragem de fazer justiça aos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, felizmente, tem inteligência e clareza para fazê-lo. É o que se lê em *A Arte da Política: A História que Vivi*, publicado pela Civilização Brasileira (699 págs., R\$ 70). Não faltou quem apontasse mais um gesto de vaidade do presidente que pensava ser príncipe, mas que queria ser papa. Ele próprio alude, com ironia, a essa pecha que lhe foi pespegada pelo ressentimento. A *boutade* escancara um tanto de primitivismo político, da imprensa inclusive – pautada, desde a sua ascensão à Presidência, por um antiintelectualismo inédito. A inteligência era lida como agressão e até ofensa pessoal. Deu no Apedeuta.

A Arte da Política traz a sua leitura sobre os mais variados episódios de que foi protagonista, mesclando, em proporções adequadas, teoria e evento histórico, narrativa factual e ensaísmo. O subtítulo não deixa dúvida de que estamos diante de uma visão parcial e, portanto, comprometida: *A História que Vivi*. Nem sempre, ou quase nunca, a experiência pessoal serve à justiça histórica. A menos que o autor dos apontamentos domine algum instrumental

*Em A Arte da Política,
livro de Fernando
Henrique Cardoso,
virtù e fortuna se
conjugam para
explicar a trajetória
do presidente que,
a despeito do muito
que há por fazer,
fundou as bases de
um possível Brasil
contemporâneo*

Por Reinaldo Azevedo

teórico que lhe permita um rigor mínimo. É o caso.

Já à partida, FHC estabelece o par de conceitos maquiavélicos – a *virtù* e a *fortuna* – como trilhos nos quais corre a biografia de um político. Os dois conceitos definidos por Maquiavel costumam ser pau-para-toda-obra. Ou a personagem se esconde na “fortuna”, nas ocorrências que não são de sua escolha, para justificar covardias ou tragédias – no caso de

o resultado não ser muito bom; ou, então, se exaltam as qualidades pessoais do líder – quando tudo vai bem –, como se este pudesse manejar também os fios do destino, do imponderável.

O primeiro procedimento resulta em autocomplacência; o segundo, em mistificação. Em nenhum momento o dito vaidoso FHC se atribui um papel inaugural “neste país”. A política é tratada como um processo. O título que publicou em inglês, *The Accidental President of Brazil* (Presidente por Acaso) pode provocar algum ruído na equação, como se a política fosse uma loteria. Não é. Mas está longe de ser uma operação aritmética.

Ao autor de *A Arte da Política*, *virtù* e *fortuna* servem ao realismo político, o que não quer dizer rendição. Quando presidente, FHC cunhou uma expressão que deixou muita gente indignada por seu aparente paradoxo: “a utopia do possível”. Seria razoável falar de alguma outra? Com que atores políticos se planeja o impossível? A “utopia do possível” remete ao homem e suas circunstâncias e exclui a tara leninista de quebrar ovos para fazer omelete. A imagem é de Nadejda Mandelstam, mulher do poeta dissidente soviético conhecido pelo sobrenome. Ao próprio Lênin é atribuída uma frase que, se não disse, é a sua cara:

“Uma revolução sem pelotão de fuzilamento não faz sentido”.

Poucos se dão conta de que a estabilidade econômica, as reformas, as privatizações, as agências reguladoras, a Lei de Responsabilidade Fiscal – tudo, enfim, que fez com que o país não se tornasse um pária – foram conquistas do governo FHC, aquele Judas dito “neoliberal”, sempre malhado no carnaval es-

FHC em palestra sobre as instituições democráticas na América Latina: em seu governo, elas sempre avançaram

querdista que o PT e o MST promoviam. Uma pequena revolução sem fuzilamentos, nem os morais. O

“neoliberal” também tirou o SUS do papel, criou os programas de bolsas que Lula apenas unificou e desarmou o gatilho no campo que o MST queria vermelho de bonés e de sangue.

Mas ao PT interessava quebrar ovos e fuzilar reputações: condição da omelete lulista. Foi o que se viu ao longo de oito anos – ou quase dez, a se levar em conta o período do plano Real. O segundo governo FHC chegou ao fim, e a democracia no país, a despeito de várias crises internacionais, havia avançado – contrariando a tendência de quase toda a América Latina. Lula só pegou vento a favor. E olhem o Estado de Direito: virou caso de polícia. FHC construiu as bases do que pode vir a ser um Estado moderno. Se muito ficou pelo caminho, e estão aí a Previdência e seu rombo, é fato que aquele *turning point* manteve, ao menos, o país afinado com as tendências da economia global. Lula não mudou o essencial porque não sabia como fazê-lo e, também e felizmente, porque não podia.

O autor não dribla os temas espinhosos, como o “escândalo”, que não houve, das privatizações e o debate sobre a desvalorização tardia do real. O ex-presidente submete à apreciação o fato óbvio: havia um receio enorme de que a desvalorização trouxesse de volta a inflação e,

PRIVATIZAÇÕES

Cansei de ouvir falar em ‘vender o patrimônio público a preço de banana’, quando, na verdade, certas estatais tinham patrimônio negativo e requeriam constantes injeções de dinheiro por causa do alto endividamento e má gestão

ALIANÇAS

A grande questão é: alianças para quê? Só para se manter no poder ou para realizar os objetivos de um projeto específico e claro de governo? E com quem?

EMENDA DA REELEIÇÃO

Nunca (...) se acusou o ministro Sérgio Motta de abordar deputados ou quem quer que seja com propostas de suborno. Tudo o que existe para sustentar o envolvimento de Sérgio, um homem honrado, são alusões desconexas (...)

PRIVATIZAÇÕES DAS TELES

O Ministério Público Federal iniciou em outubro de 1998 investigação para apurar eventual uso de informações privilegiadas no episódio. Em novembro de 1999, o inquérito foi arquivado, e todos os integrantes do governo, inocentados (...) Naquele final de 1998, porém, o tema dos ‘grampos’ telefônicos tomava proporções descabidas, e começava nova e mais abjeta infâmia, o malfadado ‘Dossiê Cayman’ (...)

Trechos de A Arte da Política

com ela, o ciclo de indexação. Basta ler os jornais da época para saber que não se trata de autocomplacência. Muitos dos colunistas de economia, especialistas e consultores que hoje acusam a demora e o erro apoiavam a política oficial: o recrudescimento da inflação era dado como um resultado matemático. Para variar, satanizavam-se os ditos “desenvolvimentistas” de plantão.

Pior ainda: o grampo que tentou cobrir com o manto da ilegitimidade uma das privatizações mais bem-sucedidas da história do capitalismo – a das teles – havia derrubado os eventuais operadores da mudança. FHC não escreve assim, mas todo o contexto se explica: em meio à guerra, foi preciso manter a unidade pos-

sível, ou se ficaria sem padrão. Alguns críticos severos da “valorização excessiva” do real à época, notadamente os de esquerda, são os entusiasmados de agora com a... valorização excessiva do real!

Especialmente interessantes são os bastidores que levaram os petistas a redigir a Carta ao Povo Brasileiro. Em junho de 2002, a situação financeira havia piorado muito. E o fator Lula era peça importante da especulação. FHC chamou o PT para conversar, e começava ali, goste ou não o atual mandatário, a costurar as bases da governabilidade de seu sucessor. De certo modo, protegeu Lula do partido – ao menos no que diz respeito à economia. O ex-presidente refere-se aos mercados como “entelêquia”. O termo, em Aristóteles, designa o ato final ou perfeito. Leibniz retoma o conceito para indicar “as substâncias simples ou mônadas”, também chamadas de “autômatos incorpóreos”.

Em qualquer das duas acepções, trata-se de uma ironia. É curioso que aquele a quem os petistas tachavam de “neoliberal” dispense aos tais “mercados” uma elegante contraposição, enquanto os acusadores de antes hoje se orgulhem de seu bom comportamento... mercadista. Puderam! À beira do abismo, em 2002, o país pagava os juros reais que paga hoje, quando exporta o dobro e quando o risco país corresponde a um décimo. Isso não foi combinado na transição exemplar, que FHC detalha. É obra do governo Lula. Autômatos incorpóreos...

Diz-se por aí que política é buscar o consenso. Besteira! A política compreende justamente a administração do dissenso, entre a *virtù* e a fortuna, entre a vontade e a sorte. O ponto de equilíbrio é dado pela solidez das instituições democráticas. Com FHC, elas sempre avançaram. Com engenho e arte. Ele prepara agora um livro que seria composto de cartas a um jovem político. Que venha. O país precisa. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Heloísa Helena afirma que no PT há pessoas capazes de matar”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 9 de maio do corrente.

A matéria comenta as declarações da Senadora Heloísa Helena, que sustenta que o ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, tem razões para temer ser assassinado: “do mesmo modo que existem petistas socialistas e honestos, também há (no PT) pessoas

capazes de roubar, matar, caluniar e liquidar qualquer um que passe pela frente, ameaçando seu projeto de poder”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Heloísa Helena afirma que no PT há pessoas capazes de matar

Senadora do PSOL sustenta que ex-secretário-geral do partido tem razões para temer ser assassinado

Biaggio Talento
SALVADOR

Ap^{re}-candidata do PSOL à Presidência, senadora Heloísa Helena (AL) acha que as preocupações do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira em relação à sua segurança pessoal são pertinentes. “Do mesmo modo que existem petistas socialista e honestos, também há (*no PT*) pessoas capazes de roubar, matar, caluniar e liquidar qualquer um que passe pela frente, ameaçando seu projeto de poder”, disse ela ontem, em Salvador. “É por saber disso, muito mais do que eu, que ele (*Silvinho*) está preocupado em ser assassinado.”

Segundo ela, todo militante petista consciente sabe que Silvinho está dizendo “absolutamente a verdade” sobre o esquema de Marcos Valério. “Ele era o queridinho do PT e agora é chamado de traidor por revelar o que sabe sobre a rede de corrupção armada pela cúpula palaciana”, declarou, afirmando que seria “impossível” o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desconhecer o assunto.

Apesar das revelações de Silvinho sobre o esquema do mensalão, o PSOL mantém a posição de não se juntar aos que defendem o impeachment do presidente Lula. “Qualquer medíocre de plantão sabe que os fatos

DEFESA – Para Heloísa, “Sílvio está dizendo absolutamente a verdade”

relacionados com a ação de tentar impedir a livre atuação do Legislativo via mensalão é motivo suficiente para pedir o impedimento do presidente”, explicou Heloísa Helena. “Mas achamos que um movimento desses no último ano do governo é inútil: queremos que Lula seja julgado pelo povo.” ●

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL.Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A política externa ruiu”, de autoria da jornalista Suely Caldas, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de maio deste ano.

O artigo faz referência à condução da política externa do governo Lula, que “começou com estardalhaço e muito *marketing*”, provocando uma imensa curiosidade entre poderosos chefes de Estado. Líderes estrangeiros confiavam no talento e na liderança do presidente brasileiro.

Acontece que, com o passar dos meses, a incompetência do atual governo petista ficou à mostra. Fracassos no fechamento de negócios e acordos co-

merciais, associados às sucessivas derrotas em outros *fronts* que projetariam a liderança do Presidente Lula acabaram por mostrar a verdadeira política externa do PT. O artigo encerra com a seguinte pergunta: “O que resta do ambicioso projeto de política externa de Lula?”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO: 14 mai. 06	EDITORIA: Economia	CADERNO: B	PÁGINA: 02-B
--	-----------------------------------	------------------------------	----------------------	------------------------

A política externa ruiu

Suely Caldas*

Como tudo neste governo, a política externa de Lula começou com estardalhaço e muito *marketing*. Nordestino de origem humilde, líder operário que chegou à Presidência de um grande país, Lula atraía enorme curiosidade entre poderosos chefes de Estado. Todos queriam conhecê-lo. Sua estreia ocorreu em janeiro de 2003, no Fórum Mundial de Davos, na Suíça, onde tentou chocar ricos e poderosos com a infeliz ideia de criar um imposto sobre o comércio de armas para arrecadar fundos e combater a fome no mundo. Obviamente, a proposta não foi levada a sério. Afinal, os terrestres deveriam armar-se até os dentes para exterminar a fome no planeta. Vá lá, a ideia é ingênua, mas bem-intencionada, pensaram líderes estrangeiros, e continuaram confiando no talento e na liderança do presidente brasileiro.

Lula levou para o governo um projeto pronto de política externa. O objetivo era lançá-lo líder máximo da parte do mundo excluída do bloco de países ricos do G-7. Uma espécie de reprise da política terceiro-mundista do ex-chanceler Saraiva Guerreiro, nos anos 1970, quando o mundo não estava globalizado. O presidente iniciou, então, uma maratona de viagens por diversos países, com foco de interesse maior na China, na Índia, em alguns da África e, logicamente, da América Latina. O discurso era organizar um novo bloco político de países que seria crescentemente fortalecido pela prioridade em suas trocas comerciais. As viagens e o presidente produziram sucesso de exposição e *marketing*, mas fracasso no fechamento de negócios e acordos comerciais. Como da globalização emergiu um mundo mais pragmático do que ideológico, China e Índia logo trataram de mostrar que sua disposição não era se fechar num bloco, mas vender seus produtos para o mundo inteiro, e países ricos sempre têm maior poder de compra. O governo decidiu, então, concentrar seu foco no comércio inter-regional da América do Sul e em fortalecer a liderança de Lula no mundo. A África foi esquecida.

Ganhar para o Brasil um as-
sento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) virou uma questão de honra. Se o chanceler Celso Amorim e o assessor especial Marco Aurélio Garcia já batiam cabeça no comando da diplomacia, nesse item o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, tomou a dianteira. Em fevereiro de 2005 Dirceu foi aos EUA para uma série de encontros com autoridades, entre elas a secretária de Estado de Bush, Condoleezza Rice. Voltou disposto a acelerar o programa nuclear brasileiro, construir mais de uma dúzia de usinas nucleares. Servisto como potência nuclear, com domínio e produção em escala do urânio enriquecido, é condição indispensável para um país integrar o Conselho de Segurança da ONU, raciocinava Dirceu. Partidária da opção por usinas hidrelétricas, a ministra Dilma Rousseff bombardeou a proposta de Dirceu e o mensalão se encarregou de sepultá-la.

Em outros importantes fronts que projetariam a liderança do Brasil, Lula colecionou derrotas. Indicou o embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), e perdeu. Para a presidência do Banco Interamerica-

no de Desenvolvimento (BID) o economista João Sayad foi preferido, e eleito o representante da Colômbia.

De seu grandioso projeto, restou a Lula a América do Sul. Pela primeira vez desde a sua criação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a financiar projetos em países vizinhos. Lula aproximou-se mais do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, um fanático opositor dos EUA, que costuma exigir de países amigos fidelidade ao seu ódio. Chávez tira proveito do renascimento do populismo em alguns países e rouba de Lula a liderança política na região.

Para piorar, a América do Sul é hoje um continente tenso, desorientado e em conflito. Hugo Chávez briga com Colômbia, Peru e Equador. A Argentina rivaliza com o Uruguai. E, agora, Evo Morales, da Bolívia, resolveu deflagrar guerra, talvez não contra Lula, mas contra a Petrobrás, com certeza. Com uma eleição para uma assembleia constituinte em agosto, até lá Evo Morales não dará trégua. O que resta do ambicioso projeto de política externa de Lula? ●

*Suely Caldas é jornalista
E-mail: sueldas@estado.com.br

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “CPI intima Silvinho a depor sobre R\$1 bi no valerioduto”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** de 9 de maio do corrente.

A matéria faz referência ao fato da Polícia Federal ser acionada pelo presidente da CPI dos bingos, para que o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira, o Silvinho, fosse localizado e assim comparecesse à CPI. A matéria das jornalistas Luciana Nunes Leal e Cida Fontes destaca também que a oposição precisou

ameaçar abrir nova comissão se os governistas tentassem impedir a ida de Silvio Pereira.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI intima Silvinho a depor sobre R\$ 1 bi no valerioduto

PF teve de ajudar a localizá-lo; oposição ameaça abrir nova comissão se governistas tentarem impedir sua ida

**Luciana Nunes Leal
Cida Fontes**
BRASÍLIA

O ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira, o Silvinho, foi localizado ontem às 16 horas pela Polícia Federal, em São Paulo, e assinou intimação para ir à CPI dos Bingos e esclarecer suas denúncias sobre o valerioduto. O depoimento foi marcado para amanhã, às 11 horas.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, publicada no domingo, ele revelou que o empresário Marcos Valério tinha planos de faturar R\$ 1 bilhão no governo Lula. E disse que cumpria ordens do presidente Lula, do ex-ministro José Dirceu, do senador Aloizio Mercadante e do ex-presidente do PT José Genoino.

Ontem, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), pediu ajuda da PF para localizá-lo. Desde cedo, a oposição prometia levar Silvinho à CPI dos Bingos mesmo que fosse preso e ameaçava até abrir nova CPI se os governistas tentarem impedir o depoimento.

O líder do PFL no Senado, Agripino Maia (RN), disse que, se o depoimento for retardado, “não restará alternativa senão a CPI do Silvinho”. Para ele, a dependência de que for dito, a oposição pode retomar o tema do impeachment do presidente Lula. “Os fatos são graves.”

Antes da intimação, Efraim garantiu que Silvinho vai depor

“sem nenhuma dúvida”. “Mandaremos a CPI trazer Silvio Pereira, mesmo preso.” A convocação foi aprovada em outubro. Silvinho não apareceu duas vezes, e a CPI desistiu de ouvi-lo.

Efraim contou que será votado também pedido de convocação de Valério. “Espero que seja aprovado por unanimidade.” Foi marcada para hoje uma reunião dos partidos de oposição.

TESE

Durante todo o dia, os governistas insistiram em que as denúncias não são assunto da CPI dos Bingos. “Se houver elementos

novos, tem de mandar para a PF, o Ministério Público, o Judiciário. Esse fato já foi investigado”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). “Fato novo para uma investigação que já se fez tem de mandar para o canal competente.” Mais tarde, Renan, cobrado por Efraim, disse que não tinha intenção de cercar a CPI.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), foi pela mesma linha, embora avisando que não tratou do caso com nenhum integrante do governo. “O foro adequado é o Ministério Público, se há fatos novos. Não vejo conexão do Silvio Pereira com a CPI. Mas pessoa que dá um espirito mal dado já é chamada na CPI dos Bingos. Não são declarações soltas que devem levar a uma convocação. O Congresso não é delegacia de polícia.”

Alíder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse que o governo Lula investigou empresas de Valério, cobrou na Justiça uma dívida de R\$ 64 milhões da agência DNA e processou o empresário. “Os interesses de Valério não foram atendidos no governo Lula”, insistiu. Acrescentou que, na entrevista ao *Globo*, o ex-petista “foi contundente em exigir ao presidente Lula e categoricamente ao dizer que Valério não teve acolhida nas coisas que desejava, que foi rechaçado”.

FARSA

Já para a oposição, a situação de Lula piorou. “O presidente tem de seguir o conselho do senador Eduardo Suplicy e dar explicações no Congresso. Se não tem culpa no cartório, tem que dizer em público”, afirmou Agripino. “Silvio apontou que era cumpridor de ordens e que o comando era de Lula, Dirceu, Genoino e Mercadante. Vai ficar todo mun-

do com cara de paisagem? Silvinho desmascarou uma farsa.”

Efraim declarou que Silvinho foi “o primeiro homem do governo e do PT” a falar da ação de Valério e do presidente Lula. “O que ele disse todos nós sabíamos. Mas ninguém com a intimidade que ele tinha com o governo e o PT tinha dito até agora.”

Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), “Silvio Pereira não contou um decímo do que sabe e deve romper a omertà (pacto de silêncio da máfia), em que um quadrilheiro protege outro quadrilheiro.”

COLABOROU VANNILDO MENDES

Valor é 'fantasia', diz advogado

...O advogado Marcelo Leonardo, que representa Marcos Valério, disse ontem que a declaração do ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, de que o empresário pretendia arrecadar com o PT R\$ 1 bilhão durante o governo Lula, contém uma "fantasia". "Esse número é uma fantasia. Os fatos já foram explicados nos depoimentos anteriores", afirmou.

Leonardo sugeriu que seu cliente não deverá comparecer à CPI dos Bingos, caso seja convocado. "Entendo que o assunto da entrevista já foi examinado pelas duas outras comissões (Correios e Mensalão) e atualmente está no Supremo Tribunal Federal."

Para Leonardo, a convocação é "improvável". Em entrevista à rádio CBN, o advogado disse que "ele (Valério) atende a todas as convocações, desde que sejam legais e próprias." Leonardo considera ainda que as declarações do ex-dirigente do PT não trouxeram, "essencialmente, nenhum fato novo" ao escândalo.

Ontem, por sua assessoria, Valério divulgou nota reiterando que não comentará a entrevista de Silvinho. O empresário destacou que os "esclarecimentos acerca de sua relação com o PT foram prestados em mais de 50 horas de depoimentos às autoridades". • EDUARDO KATTAN

CONTRADIÇÃO

Duas versões

O que Silvío Pereira disse à CPI dos Correios e o que falou em sua última entrevista

Na CPI-2005

Tráfico de influência

"Nunca fiz tráfico de influência nem outro tipo de tráfico. Apenas coordenei as indicações do PT para o governo. Não operava em nome do governo."

Land Rover

"Mantive contatos institucionais com ele (César Oliveira, dono da empresa GDK)."

"A GDK é uma das maiores compradoras de Land Rover no Brasil", limitou-se a dizer em seu depoimento à comissão

Na entrevista-2006

"Quando assumi os cargos, fui muito abordado. Ganhei uma dimensão que não tinha: trânsito com todo mundo. Essa gente não é fácil, tentou tudo. (...) Meu papel era convencer os ministros do PT a liberar cargos para os aliados."

"Ele (César) continuou muito próximo, gostei dele." "Como vou convencer alguém da verdade, de que aceitei o carro pra não contrariar o César?"

"Eu deixei ela (sua secretária) passar os dados e a coisa foi indo. Me esqueci até. Um dia ele me entregou o carro, já com os documentos. Eu parecia criança (...) Eu errei e assumo."

Marcos Valério

"As reuniões eram necessárias tendo em vista a possibilidade de o PT contratá-lo para planejamento de marketing e propaganda nas campanhas"

"Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem. O plano era faturar R\$ 1 bilhão. Eles iam ganhar R\$ 1 bilhão. Em quatro áreas: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco, e Opportunity."

Outros pontos da entrevista

Fontes do mensalão

"Empresas. Muitas. Não vou falar nomes. As empresas entre si fraudam as coisas. (...) Elas se associam em consórcios, combinam como vencer (licitações)."

Malas de dinheiro

"É mentira. Não houve nenhuma mala de dinheiro. O dinheiro não passava pelo PT. Nem traficante usa mala de dinheiro."

Dirigido do PT

"Eu lixei para o Berzoini e disse a ele que gostaria muito de ser ouvido para que minhas informações ajudassem nas investigações internas. (...) Sabe qual é o problema? Nunca fui ouvido pelo PT."

Comando

"Sempre fui da organização partidária. Quem mandava? Eram Lula, Genoino, Mercadante e Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time."

Saque no Rural

"Agora, da lista do Banco Rural, o Delúbio não sabia não. O que aconteceu é que o Delúbio perdeu o controle."

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O dedo de Cuba na nacionalização”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** de 14 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Luís Osvaldo Grossman, destaca que acordo assinado com os presidentes cubano, Fidel Castro, e venezuelano, Hugo Chávez, no dia 29 de abril, garante aumento da participação da PDVSA na Bolívia para reduzir a dependência do Brasil.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE ENERGÉTICA

Acordo assinado com o presidente cubano, Fidel Castro, e venezuelano, Hugo Chávez, no dia 29 de abril, garante aumento da participação da PDVSA na Bolívia para reduzir a dependência do Brasil

O dedo de Cuba na nacionalização

LUÍS OSVALDO GROSSMANN
DA EQUIPE DO CORREIO

São comuns as declarações de surpresa entre os países envolvidos na crise do gás natural boliviano, que além de Brasil e Bolívia trouxe para a discussão a Venezuela, que aparece cada vez mais como personagem muito interessado no desfecho da disputa. De um lado a outro, todos se dizem surpresos com ações e reações à crise disparada com a estatização da produção de gás.

Mas é, no mínimo, questionável tanta surpresa. Afinal, não é de hoje uma certa restrição boliviana à Petrobras, que desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se recusou a dar reajustes no preço do gás natural (ao contrário, tentou reduzi-lo) e diminuiu significativamente os investimentos na Bolívia.

Muito menos surpreendente foi a própria estatização da produção de gás natural, que passou por um plebiscito em 2004, por uma nova legislação sobre hidrocarbonetos em 2005 até, finalmente, a nacionalização este ano. O próprio Evo Morales, ainda durante a campanha eleitoral que o elegeu presidente sempre insistiu na estatização.

E tampouco deveria haver surpresa no envolvimento Venezuelano (por mais que esses se digam surpresos com a insinuação). A Venezuela não só tem todo o interesse em tomar o lugar ainda hoje ocupado pela Petrobras na Bolívia, como já está no papel um tratado que facilita, e muito, a participação da estatal venezuelana de petróleo, a PDVSA, na exploração de gás e demais recursos energéticos bolivianos.

O Brasil pode até argumentar nova surpresa, mas a verdade é que está disponível para quem quiser ler a íntegra do acordo da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América, firmada entre Bolívia, Venezuela e Cuba no dia 29 de abril — coincidentemente dois dias antes do anúncio do decreto que estatizou a produção de gás no país vizinho. Uma cópia em português pode ser acessada na página do

jornal russo Pravda, no endereço: <http://port.pravda.ru/mundo/10920-bolivar-0>.

Em vários itens, os termos do acordo parecem feitos sob medida para uma substituição das atuais empresas internacionais que exploram o gás boliviano pela venezuelana PDVSA, inclusive pelo compromisso da Bolívia em contribuir para a “segurança energética dos nossos países com sua produção disponível e excedente de hidrocarbonetos”.

Mas há dois tópicos em especial. Um diz que “a Venezuela estimulará uma ampla cooperação no domínio energético e minério que incluirá: o fortalecimento institucional do Ministério de Hidrocarbonetos e Energia e do Ministério de Minas e Metalurgia da Bolívia através da assistência técnica, jurídica, a ampliação do fornecimento de cru, produtos refinados, (...) e assistência técnica a Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB).

Outro, ainda mais significativo, garante isenção de impostos a empresas como a PDVSA. “A Bolívia

isentará de impostos sobre receitas a qualquer investimento estatal e de empresas mistas que se formarem entre a Bolívia e os Estados da Venezuela e Cuba”. E Cuba, como se sabe, não produz petróleo ou gás natural.

É um tipo de acordo de preferência curioso e incomum, pois se dá com base em empresas estatais. Não será surpresa se, daqui a pouco, os termos forem mudados para permitir a instalação apenas de empresas que comecem com a letra P e terminem com DVSA”, comenta o diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE); Rafael Schechtman.

Segundo ele, há uma clara opção boliviana de reduzir sua dependência do Brasil — afinal, só a Petrobras é responsável por um quarto da riqueza gerada no país — mas isso exige que ela se aninhe em outro vizinho com tais recursos (a Bolívia é o país mais pobre da América do Sul). “Na falta das vantagens dos acordos com o Brasil, a Bolívia está se pendurando na Venezuela”, avalia o diretor do CBIE.

O ex-diretor da Agência Na-

cional do Petróleo (ANP), David Zylberstajn, também entende que esse tipo de negociação é rara. “Tanto assim que se a Petrobras se instala em qualquer país não recebe isenção nenhuma. Nem ela nem ninguém. Afinal, se a PDVSA vai para a Bolívia nessas condições, ninguém mais vai querer ir para lá, porque não haverá concorrência”, avalia.

O próprio ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Soliz Rada, anunciou o interesse em uma maior aproximação com a PDVSA e não deixou muitas dúvidas sobre a crescente influência do

presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na atual condução do país. Segundo ele, a Bolívia está disposta a abrir-se como nunca para a PDVSA e, com isso, reduzir sua dependência em relação à Petrobras. De acordo com o ministro boliviano, a PDVSA atuará em diferentes regiões do país como sócia ou gestora de plantas petroquímicas e refinarias, substituindo, assim, a Petrobras, que até o momento, é a maior empresa do setor na Bolívia.

A substituição da mão-de-

obra também faz parte dos planos do ministro. Segundo ele, a Bolívia tem interesse em formar quadros capazes de atuar nas novas instalações, por isso pretende enviar 200 jovens bolivianos para um treinamento específico em Caracas. E serão técnicos da Venezuela os responsáveis pela avaliação do patrimônio das empresas nacionalizadas para efeitos de eventuais indenizações. Soliz também informou que o governo venezuelano financiará a construção de uma refinaria e construírá no país “modernos” postos de gasolina da PDVSA.

“Vamos assinar vários projetos com a Venezuela no retorno da viagem que o presidente Evo Morales está fazendo na Europa”, confirmou o ministro de Hidrocarbonetos. A previsão é de que estes acordos sejam assinados em La Paz, no próximo dia 10, com a presença de Chávez. A Bolívia passará também a importar diesel da Venezuela, como alternativa à dependência que tem hoje da Petrobras e outras transnacionais instaladas no país.

Oposição teme isolamento

LUCIANO PIRES

ENVIADO ESPECIAL

La Paz – A oposição a Evo Morales articula-se para tentar conter o surto nacionalista que toma conta da Bolívia. O temor de que o país fique isolado do resto do mundo, por causa dos desmandos do presidente boliviano, preocupa o setor produtivo, entidades civis, parte dos movimentos sociais e sindicais, mas especialmente o deputado Fernando Messmer, líder da bancada do Podemos.

No Congresso boliviano, Messmer é considerado o adversário mais duro de Morales e seu partido o contraponto mais evidente. Diplomata de carreira, ele aponta falhas graves na condução dos interesses nacionais, critica a aproximação com Hugo Chávez e lança dúvidas sobre o futuro. "Isso gera desequilíbrios nas relações e nos processos de integração regional, dos quais o presidente não está se dando conta. Evo está muito entusiasmado em fazer parte do projeto continental de Chávez", afirma.

Em entrevista ao Correio, Fernando Messmer dispara contra o decreto que nacionalizou os hidrocarbonetos, afirma que, apesar de tudo, não fará oposição intransigente à Bolívia e não economiza nos ataques ao cocaineiro Morales.

OS PRINCIPAIS TRECHOS DA ENTREVISTA COM FERNANDO MESSMER

FUGA DE INVESTIMENTOS

Os investidores estrangeiros pensarão muito antes de investir em um país que é capaz de mudar as regras do jogo tão inesperadamente, tão drasticamente, da maneira como fez. No mundo de hoje, há somente duas classes de países: os que atraem investimentos e os que espantam investimentos. Tanta insegurança pode trazer efeitos negativos para a Bolívia no médio e longo prazo.

VENEZUELA

Infelizmente, a influência de Hugo Chávez é cada vez mais evidente. Durante a campanha eleitoral, eu adverti que o presidente da Venezuela tem um projeto continental que lamentavelmente Evo Morales está caindo de forma ingênua. Os fatos estão demonstrando que a presença de Chávez é cada vez maior em nosso país. Isso gera desequilíbrios nas relações e nos processos de integração regional, dos quais o presidente não está se dando conta. Ele está muito entusiasmado em fazer parte desse projeto continental de Chávez, mas as bases dele estão em Caracas e Havana.

ISOLAMENTO

A proximidade com a Venezuela e o decreto podem isolar a Bolívia do mundo. Há perigos de que o país se torne uma Cuba dos novos tempos. Lamentavelmente o governo tem dado maus sinais para a comunidade internacional em termos de segurança jurídica. A Venezuela não é

um país complementar à Bolívia no campo energético. É competitivo. A ingenuidade de Evo Morales me preocupa.

TELHADO DE VIDRO

Esse governo, durante a campanha, disse que havia chegado o momento da soberania, encheram a boca para falar que chegou o momento da dignidade nacional e da autodeterminação. Está comprovado hoje que jamais em toda a história da Bolívia existiu um governo tão suspeitamente preso a outro governo, neste caso com o da Venezuela.

BOLÍVIA X BRASIL

Temo que, a partir dessa experiência, das reações da Petrobras, da posição difusa do presidente Lula, a possibilidade de uma relação mais estreita com o passar do tempo, de mútua confiança, estará de alguma maneira arranhada, porque a confiança foi perdida.

EVO NO PALANQUE

A medida em que temos a possibilidade de analisar o alcance do decreto de nacionalização temos a certeza de que se trata de um ato de campanha eleitoral, e menos uma decisão de ordem econômica. Os aspectos que têm repercussão econômica estão por se resolver: o preço de exportação do gás, os volumes, como obter a maioria das ações das empresas. O decreto não dá pistas de como esses temas serão resolvidos. É um ato para ganhar tempo, pois dá 180 dias para negociar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Força reúne 1,2 milhão de pessoas e ataca Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 02 de maio do corrente.

A matéria, dos jornalistas Ricardo Brandt e Paulo Baraldi, destaca que o evento do primeiro de maio realizado em São Paulo se transformou numa grande manifestação contra o governo do Presidente Lula. A matéria traz declaração do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que afirma que “O presidente Lula anda no mundo da lua, ou está viajando muito e não conhece a história do Brasil”.

Sr. Presidente, como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Eis o resultado da política externa de Lula”, publicada pela revista Exame em sua edição de 10 de maio do corrente.

Segundo a matéria de Sérgio Ruiz Luz e José Roberto Caetano, a crise que ameaça seriamente os negócios da Petrobras na Bolívia é somente o mais recente produto dos erros da diplomacia brasileira. A incompetência da política externa brasileira ora conduzida pelo governo petista vem produzindo uma série de fiascos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Força reúne 1,2 milhão de pessoas e ataca Lula

Evento de R\$ 2,2 milhões virou palanque para oposição e ex-aliados do governo criticarem política econômica, desemprego e prioridades do PT

**Ricardo Brandt
Paulo Baraldi**

A festa do Dia do Trabalho da Força Sindical ontem em São Paulo virou palanque para ataques ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à política econômica. Líderes sindicais e políticos da oposição usaram o evento, que custou R\$ 2,2 milhões e reuniu 1,2 milhão de pessoas na Praça Campo de Bagatelle, para dizer que não há motivos para comemoração.

“O presidente Lula anda no mundo da lua, ou está viajando muito e não conhece a história do Brasil”, atacou o presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, primeiro a atacar. “Os empregos criados foram de pessoas que estavam na informalidade e passaram a ter carteira assinada.”

Paulinho atacou as prioridades do PT. “O modelo de economia do governo Lula foi de agradar aos poderosos e dar esmola para os pobres. Não pode ser esse modelo de desenvolvimento que o País precisa”, afirmou o sindicalista, que é presidente estadual do PDT.

As críticas vieram também do ex-aliado de Lula Cristovam Buarque (DF), senador que hoje é um dos nomes cotados como candidato do PDT à Presidência. “Quando se com-

param as promessas de 2002 do presidente Lula com o que foi feito de lá para cá, não tem o que comemorar”, disse ele.

Outro presidenciável a subir no “palanque” para bater no governo Lula foi o presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE) – que tem conversado com o PDT sobre a possibilidade de aliança. “Mais do que nunca, é necessário lutar contra a fraude que significou o governo que se dizia dos trabalhadores e que transformou o Brasil numa república dos banqueiros”, disparou Freire.

GOVERNADOR

O governador Cláudio Lembo (PFL) fez duras críticas ao governo antes de subir ao palanque. “A realidade é muito dura, acho que no Palácio da Alvorada está tudo bem, mas na casa do trabalhador, na minha casa, as coisas estão cada vez piores”, disse. “O governo não tem dado incentivo ao trabalho, ao esforço não só dos trabalhadores como dos empresários.” No palco porém, ele se limitou a dizer uma única frase: “Paz e amor, hoje e sempre.”

O ato só não foi palanque pa-

ram que uma aliança entre as duas siglas poderia fortalecer a criação de uma candidatura que faça frente ao PT e ao PSDB.

“Queremos conversar com outros partidos, como o PPS. Mas entendemos que o PDT não pode ficar sem candidato”, disse Cristovam. Segundo ele, a construção de uma candidatura forte apoiada pelos dois partidos não representa uma terceira via, mas sim uma segunda via. “Na verdade, não é uma terceira via. Temos de procurar essa união que é a segunda via, porque o PSDB e o PT são a primeira via. Eles são iguais, não há diferença nas propostas do PT e do PSDB.”

Cristovam chegou a afirmar que está disposto a abrir mão de sua candidatura, caso o PDT concorde que o acordo com o PPS deve passar por essa decisão. “Se o PDT colocar na mesa que também abre em favor de meu nome, é um bom início de conversa”, disse Freire. “Não vamos abdicar de participar da aliança nacional, com candidato próprio ou não”, completou. ●

ra mais gente porque o povo estava mais interessado nos shows do que nos discursos. O prefeito Gilberto Kassab (PFL), foi um dos que foram vaiados quando tentaram discursar entre as apresentações. Com o forte calor e o excesso de público no local, mais de 400 pessoas chegaram a desmaiar. ●

PDT e PPS podem se aliar para ter candidatura ‘forte’

... Os presidenciáveis do PDT, senador Cristovam Buarque (DF), e do PPS, deputado Roberto Freire (PE), afinaram discurso nas comemorações do Dia do Trabalho da Força Sindical e disse-

EIS O RESULTADO DA POLÍTICA EXTERNA DE LULA

A crise que ameaça seriamente os negócios da Petrobras na Bolívia é o mais recente produto dos erros da diplomacia brasileira

Sérgio Ruiz Luz e José Roberto Caetano

NA TENTATIVA DE FUGIR DA ÓRBITA de influência das grandes nações do planeta e assumir um papel de liderança entre os países emergentes, o governo Lula vem produzindo uma série de fiascos com sua política externa. A diplomacia petista ajudou a travar as negociações da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, reconheceu a China como economia de mercado e gastou um enorme esforço em batalhas infrutíferas, como a vã tentativa de ganhar um assento no Conselho de Segurança da ONU. Apesar desse histórico impressionante, o capítulo “Bolívia” conseguiu um

lugar de honra na antologia de erros recentes do Itamaraty. Foi um curto-circuito mais que anunciado. Durante a campanha à Presidência da Bolívia, o então candidato Evo Morales defendeu a reestatização do setor de energia — o que, logicamente, terminaria por afetar a Petrobras, a maior empresa do setor no país vizinho. Em janeiro, já empossado no cargo, Morales resolveu dirimir qualquer dúvida e voltou a reafirmar a intenção. Enquanto isso, o governo petista, fiel a suas raízes populares, estendia o tapete vermelho para o líder cocaleiro. Lula comemorou a vitória do companheiro Morales e o chan-

celer Celso Amorim chegou a sugerir a entrada da Bolívia no Mercosul.

Deu no que deu. No feriado de 1º de maio, o presidente da Bolívia assinou um decreto nacionalizando a exploração e a comercialização de petróleo e gás no país. Tropas do Exército ocuparam 53 campos de produção, refinarias e dutos, incluindo duas unidades da Petrobras. Como condição para continuar operando no país, as companhias estrangeiras terão de, num prazo de 180 dias, entregar 50% de suas ações à estatal boliviana YPFB e pagar imposto de 82% sobre suas receitas. A medida afetou os negócios de 20 multinacionais que

operam no país, entre elas a inglesa British Petroleum e a francesa Total. Nenhuma delas, porém, pode ser equiparada à Petrobras, hoje a maior companhia privada da Bolívia e que investiu 1 bilhão de dólares nos últimos dez anos no país, boa parte desse montante na exploração de novas jazidas de gás. O evento pode ser descrito, pelo conjunto de trapalhadas, como sendo o apagão do governo Lula.

Para o diplomata Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, a gravidade da questão vai muito além da quebra de contrato entre um

governo e uma empresa, a Petrobras. De acordo com Ricupero, a ação “inopinada e unilateral” da Bolívia interfere no acordo firmado entre os dois países. A Petrobras atua, nesse contexto, apenas como um agente do Estado brasileiro. “O fornecimento de gás faz parte de um projeto maior de integração, amparado em tratado global entre Bolívia e Brasil, assinado no governo FHC”, afirma ele. “É gravíssimo o que estamos vendo. Nenhum país pode romper um tratado unilateralmente, sob risco de provocar uma crise diplomática.”

Como resposta à ação truculenta de Morales, até o fechamento desta edição, o go-

verno de Lula havia se limitado a emitir uma nota, confiando, não se sabe como a esta altura do campeonato, numa saída diplomática. Pior — a nota chega a justificar a ação do país vizinho. “A decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania”, afirmou o comunicado. É quase como se o problema da Petrobras — uma questão de negócios e não de política — nunca tivesse existido. No fundo, a mensagem é coerente com as trombadas do governo no episódio. Desde o iní-

cio do imbróglio, o Executivo tem sido incapaz de enxergar sinais óbvios emitidos pela Bolívia de seu plano reestatizante. Um deles foi a decisão de expulsar de seu território no final de abril a siderúrgica EBX, do empresário brasileiro Eike Batista. Sob a acusação de descumprimento de normas ambientais e de atuação em áreas proibidas, o governo de Morales chegou a insinuar que Batista poderia ser preso se não acatasse a decisão (*veja quadro na pág. 104*). Na tentativa de manter o investimento e os empregos gerados, a população da localidade onde a siderúrgica seria construída seqüestrou três ministros bolivianos, o que só contribuiu para Morales reafirmar a decisão de expulsar a EBX.

Por si só, essa seria uma atitude para colocar em estado de alerta o governo brasileiro. Não foi o que aconteceu. Dias antes de as tropas de Morales invadirem as instalações da Petrobras, o presidente da estatal, Sérgio Gabrielli, dizia que havia “perspectiva tranqüila” em relação aos investimentos da companhia no país. A comédia de erros diplomática foi coroada com a atuação do secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães. Encarregado de colocar panos quentes na crise, ele rumou para La Paz no final de abril, mas não foi atendido por Morales. Teve de se contentar com um encontro com David Choquehuanca Cespedes, ministro das

Relações Exteriores do país — mas, como se viu, a reunião foi inútil. “O governo Lula não conseguiu nada com sua política de se aliar a países em desenvolvimento”, afirma o embaixador Rubens Barbosa, presidente do conselho de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O episódio da Bolívia é um exemplo eloqüente disso. Com o decreto, Morales segue os passos do presidente Hugo Chávez, da Venezuela. Ambos rasgaram contratos do setor de energia usando um surrado discurso nacionalista. Apenas uma semana antes do decreto de Morales, o Congresso da Venezuela, composto de aliados de Chávez, anunciou que estuda um aumento nos impostos e royalties cobrados de empresas estrangeiras que exploram petróleo na bacia do rio Orinoco, a mais valiosa reserva do país. A medida deverá acertar em cheio as americanas Exxon Mobil e ConocoPhillips e a francesa Total, que já investiram bilhões de dólares na região. As novas medidas deverão aumentar os royalties de 16,7% para 30% e os impostos, de 34% para 50%.

Em território boliviano, a presença da Petrobras praticamente se inviabilizou com o decreto de Morales. Executivos da estatal disseram ser impossível continuar operando com a exigência de pagar 82% de impostos. A situação chegou a um impasse. O governo boliviano não tem dinheiro para comprar a totalidade das operações da Petrobras e é improvável que Morales volte atrás em sua decisão reestatizante. Pelo menos por ora. Além do mais, a economia boliviana depende muito da venda de gás para o Brasil, assim como o Brasil é cada vez mais dependente do combustível do vizinho. A participação do gás cres-

O TAMANHO DA PETROBRAS NA BOLÍVIA

Investimentos entre 1996 e 2004	Previsão de investimentos até 2010	Participação no PIB	Arrecadação de impostos ⁽¹⁾	Reservas de gás ⁽¹⁾	Produção de gás ⁽¹⁾	Refino de petróleo
1 bilhão de dólares	5 bilhões de dólares	18%	24%	15%	22%	95%

...E A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA DO COMBUSTÍVEL DO VIZINHO

- Metade do gás utilizado no país vem da Bolívia
- O setor industrial é o maior consumidor de gás no Brasil, com participação de 55%
- O gás já é responsável por 9% da matriz energética do Brasil (em 1998, representava 4%)

ceu de 4% para 9% na matriz energética brasileira nos últimos anos.

Enquanto a situação não se resolve, o clima dos setores industriais brasileiros que mais dependem do gás boliviano é de apreensão. Na melhor das hipóteses, os empresários contam com um substancial aumento de preços — ainda não se sabe de quanto, mas o governo boliviano começou acenando com 60% de reajuste. O cenário mais desolador é o de falta do insumo nos meses à frente. Será um problema e tanto não apenas para as indústrias, mas também para consumidores residenciais e donos de veículos movidos a gás.

A crise na Bolívia assusta porque o gás do país vizinho atende à metade do consumo no Brasil. O Sul é a região onde a

situação é mais preocupante. Nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, quase todo o gás utilizado é de origem boliviana — apenas na área industrial há 281 empresas que dependem dele para ativar fornos. O setor de cerâmica, em boa parte concentrado em Santa Catarina, já dá como certo o aumento do preço e o repasse desse custo para o consumidor final. O gás natural responde por 30% dos custos operacionais do setor. “O gás já teve aumento de 15% neste ano e um novo reajuste é inevitável, o que seguramente terá efeitos na demanda, além de levar à perda de competitividade internacional”, diz Adriano Lima, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento (Anfacer).

cujos associados têm 95% de sua operação industrial alimentada por gás natural. Segundo ele, os empresários do setor se sentem ludibriados. “Fomos praticamente induzidos pelo governo nos últimos anos a usar o gás, em razão do excesso de oferta que existia”, diz Lima.

Para os grandes consumidores de energia, como Vale do Rio Doce, Votorantim e Braskem, a ação do governo boliviano traz preocupação em relação à credibilidade do setor de gás natural no Brasil. “O que o presidente da Bolívia fez aumenta o temor de que ele possa fazer mais”, diz Eduardo Spalding, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia. A entidade coordena um grupo formado por outras associações patronais cujos

membros consomem 82% do gás importado da Bolívia. Das empresas que usam o gás como combustível, apenas 40% podem transformar suas operações em bi-combustíveis, ou seja, capazes de usar também outros insumos, como o óleo diesel. "Isso significa que boa parte das companhias continuará dependente do gás natural como matéria-prima ou fonte de energia, e a instabilidade do fornecimento se transforma em um risco permanente", diz Spalding.

A notícia do rompimento de contratos da indústria boliviana de hidrocarbonetos já afetou o humor de investidores de fora da América do Sul. Para esses especialis-

tas, o episódio confirma a fama da região de terreno inóspito para fazer negócios. "O gesto de Morales demonstra fragilidade institucional e falta de previsibilidade política, dois aspectos que afastam o capital", afirmou a EXAME Lisa Schineller, diretora para a América Latina da agência de classificação de risco Standard &

"Espero que o governo nos ajude a sair de lá"

Além de interromper investimento, a EBX pode perder equipamentos

Eike Batista, dono do grupo EBX, está às voltas com a decisão do governo Evo Morales de expulsar sua empresa da Bolívia e confiscar os ativos da siderúrgica que estava construindo no país. Se ocorrer o confisco, ele perderá 60 milhões de dólares.

O governo boliviano diz que a EBX foi expulsa por ter um plano ambiental ruim e estar em área proibida para estrangeiros. É verdade?

Poor's. Por enquanto, os investidores ainda colocam o Brasil no bloco de países sul-americanos com alguma estabilidade. A Bolívia, país mais pobre da região, é vista como um mercado hostil aos investidores, devido à sua alta dívida externa e histórico de desmandos. Para o mundo, para o Brasil e, provavelmente, para os próprios bolivianos, o país do *hermano* Morales transformou-se numa grande dor de cabeça. ■

Com reportagem de Angela Pimenta, Carolina Meyer, Denise Dweck, Felipe Seibel, Giuliana Napolitano, Gustavo Paul, João Paulo Gomes, Nelson Blecher e Suzana Naiditch

Não. Nosso plano ambiental respeitava o programa de uso de solo da região onde estamos instalados. Estávamos ensinando a população a fazer carvão vegetal, em vez de queimar tudo e sujar os rios. Com o reflorestamento de eucalipto queríamos fazer, poderíamos abastecer a siderúrgica por 20 anos. Sobre estamos em área proibida, fizemos o que todo mundo faz. O problema real é que temos um sócio boliviano que é considerado o inimigo número 1 de Evo Morales. Por isso somos perseguidos.

O senhor diz que foi tratado como um ladrão. O que lhe foi dito?

Tive uma reunião com cinco ministros. Todos me acusaram de agredir a soberania boliviana. Chegaram a insinuar que chamariam o ministro da Defesa. Foi uma ameaça velada de me prender.

O senhor acha que o governo brasileiro não agiu com a firmeza necessária?

No início, o governo ficou meio perplexo, achando que não era bem assim. Mas agora ficou estampado o objetivo real da história. Acredito que, se o governo não fizer nada, outros países vão passar a mão nos ativos brasileiros na América do Sul.

Com o agravamento da crise, o senhor tem esperança de uma ajuda real do governo?

A nacionalização dos ativos da Petrobras confirmou que na Bolívia não existe estado de direito. Espero que o governo brasileiro me ajude a retirar do país meus equipamentos. Estou tentando conversar com o presidente Lula para mostrar que o que aconteceu foi totalmente arbitrário. Quero que ele me ajude a negociar um salvo-conduto, porque isso é coisa de Estado com Estado, e que mande um avião militar até lá para nos ajudar a resgatar nossos fornos.

MALU GASPAR

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a reportagem da revista **Istoé Dinheiro** intitulada “Jogo do Bilhão”, publicada na edição de 15 de maio de 2006.

A crise do governo petista tem a cada semana uma novidade. Ou melhor, um novo escândalo. Desta vez o pivô é o ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, que denunciou ao jornal **O Globo** que o publicitário

Marcos Valério pretendia arrecadar R\$1 bilhão através de esquemas de corrupção no governo.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria, que ilustra perfeitamente como funcionava o esquema criminoso, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LEONARDO ATTUCH E GUSTAVO GANTOIS

A crise política ganhou novo gás na semana passada. Tudo porque Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, denunciou ao jornal **O Globo** que o publicitário, Marcos Valério de Souza pretendia levantar R\$ 1 bilhão em esquemas de corrupção no governo. Foi a primeira vez que um dirigente do PT apontou a meta de arrecadação. Esse dinheiro, segundo o petista, viria de quatro fontes principais: Banco Mercantil do Brasil, Banco Econômico, Opportunity e dívidas agrícolas. Na quarta-feira 10, um tanto atormentado, Silvinho depôs na CPI dos Bingos e confundiu

mais do que esclareceu. “Não sei dizer o que é verdade e o que é mentira”, afirmou. Ainda assim, **DINHEIRO** traçou um roteiro de como os personagens desse “jogo do bilhão” poderiam alcançar seus objetivos, num tabuleiro que inclui favores, achacões e pressões. **O próprio advogado Marcelo Leonardo, do publicitário Valério, não negou que seu cliente tenha tentado defender interesses empresariais junto ao governo.** “Mas ele mesmo disse que foi um péssimo lobista”, disse Marcelo Leonardo.

As principais fontes de recursos tinham a ver com o encerramento das liquidações extrajudiciais dos bancos Mercantil do Brasil, do pernambucano Armando Monteiro Filho, e Econômico, do baiano Angelo Calmon de Sá.

Foi por isso que Valério foi 17 vezes ao Banco Central, numa romaria que se iniciou três meses após a posse do governo Lula – em algumas das visitas, ele esteve até acompanhado de dirigentes do Banco Rural, interessados na compra do Mercantil. No fim do ano passado, Monteiro Filho calculava que seu banco, livre da intervenção, teria ativos de R\$ 927 milhões, que poderiam ser transferidos ao Rural. Especulou-se que, com o negócio, Valério receberia uma comissão de R\$ 200 milhões. Monteiro se defende. “Nunca pedi interferência de ninguém e sempre quis resolver meus problemas na Justiça”, disse à **DINHEIRO**. No caso do Econômico, Calmon de Sá também teria tentado levantar a intervenção em diversas ocasiões. Nessa transação,

o rumor é que Valério também ganharia cerca de R\$ 200 milhões. Os dois negócios, porém, foram barrados pelo corpo técnico do Banco Central – em especial, pelo presidente Henrique Meirelles. **A amigos, Meirelles confidenciou que foi pressionado por ninguém menos que José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, a suspender as liquidações.** “Quem pensou numa loucura dessas não sabe como funciona a diretoria do Banco Central”, diz Carlos Eduardo de Freitas, ex-próprio ex-diretor do BC.

A terceira fonte de arrecadação, o Opportunity, é a que deve causar mais controvérsia. Isso porque, em vez de agir para obter favores, o PT teria atuado na linha inversa: a da extorsão para evitar embaraços. Essa acusação foi feita, durante o depoimento de Silvinho, pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que trouxe a público documentos de um processo que tramita em Nova York. A ação envolve o Opportunity, de Daniel Dantas, e o Citibank, tendo como pano de fundo a disputa pelo controle da Brasil Telecom. Num declaração do advogado Philip Korologos, que representa Verônica Dantas, irmã de Daniel, consta a denúncia de que o Opportunity teria sido perseguido pelo governo por se recu-

Silvio E DINHEIRO - 17/05/2006

R\$ 1 BILHÃO

FOI A META DE ARRECADAÇÃO QUE COM O DINHEIRO, PUBLICITÁRIO

sar a doar dezenas de milhões de dólares ao PT. E isso foi extraído de documentos do Citibank. **“O caso indica que o PT pode ter tentado extorquir dinheiro para não criar problemas para o Opportunity”, disse o senador Virgílio.** Ele já apresentou requerimento para que a Justiça de Nova York encaminhe à CPI todos os documentos relativos a essa ação.

Outros episódios ligados ao Opportunity reforçam a suspeita. Enquanto controlou a Brasil Telecom, Dantas contratou três advogados ligados ao

PT, ainda que indiretamente, com honorários superiores a R\$ 10 milhões. Dois deles, Antônio Carlos de Almeida Castro e Roberto Bertholdo, são amigos de José Dirceu. Um terceiro, Roberto Teixeira, é compadre do presidente Lula. A quarta fonte de arrecadação citada por Silvinho, a das dívidas agrícolas, é mais obscura. Fontes ouvidas pela DINHEIRO apontam que o foco seria a rolagem de dívidas de usineiros do Nordeste. Cabe agora à CPI comprovar ou não. **[E]**

Isso é DINHEIRO - 17/05/2006

TERIA SIDO TRAÇADA POR VALÉRIO E DIRIGENTES DO PT. PAGARIA EMPRÉSTIMOS FEITOS NO BMG E RURAL

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 3 de maio do corrente, intitulado “Beco sem saída”.

O artigo traz uma análise sobre o comportamento do governo do Presidente Lula frente à decisão boliviana de nacionalizar a produção de petróleo e gás no País e as conseqüências desta medida para o Brasil.

Ainda segundo o artigo, o “irrealismo nas avaliações deixou o governo brasileiro refém da Bolívia”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Beco sem saída

Anacionalização do petróleo e do gás bolivianos cria uma situação com a qual o governo Lula não contava. Tanto assim que, antes da segunda-feira, o presidente estava inteiramente alheio ao assunto. Levou um susto quando foi informado da decisão radical do governo boliviano, chefiado por seu “irmão caçula”. Já o governo da Espanha, representando os interesses da Repsol, reagiu imediatamente. A União Européia também, chamando a atenção para os riscos da insegurança jurídica, que não ajudará a Bolívia a resolver seus graves problemas econômicos e sociais.

A Petrobrás também não imaginava que o governo boliviano iria tão longe. Nos cálculos da estatal, haveria uma regulamentação da Lei de Hidrocarbonetos aprovada no ano passado, rigorosa, mas nada que não se resolvesse com uma boa negociação. Além disso, estavam – o governo e a Petrobrás – que o Brasil teria tratamento privilegiado. Afinal, fora a Petrobrás, mais que qualquer outra empresa petrolífera, que acreditara nas possibilidades da Bolívia, quando o setor foi privatizado, na década de 1990, investindo cerca de US\$ 1,5 bilhão e tornando-se a maior fonte de receitas do país. No plano político, Morales fazia declarações de amor a Lula, durante a campanha eleitoral, recebendo do Palácio do Planalto todas as deferências possíveis. Assim, por que se preocupariam com o radicalismo indigenista de Morales? Ele se voltaria contra outras empresas, outros países, não contra a Petrobrás e o Brasil.

E, quando as fatos mostraram que essa avaliação era por demais otimista, o argumento mudou de tom, mas não de essência: a Petrobrás estava a salvo de qualquer medida radical, porque os bolivianos não sabiam operar refinarias e gasodutos e, afinal, a Bolívia não teria mercado para os 27 milhões de m³ de gás que vende diariamente para o Brasil.

Esqueciam que, dias depois da posse de Evo Morales, um acordo entre ele e o presidente venezuelano garantiu o envio de técnicos e assessores da PDVSA para auxiliar o Ministério de Hidrocarbonetos a prepa-

Irrealismo nas avaliações deixou o governo brasileiro refém da Bolívia

rar a expulsão das empresas estrangeiras do setor energético. Não havia, portanto, impedimento algum para que fosse assinado o decreto supremo, que levou o patriótico nome de “Heróis do Chaco”.

O decreto supremo determina medidas radicais. Nacionaliza o gás e o petróleo e atribui à Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB) “o exercício pleno da propriedade de todos os hidrocarbonetos produzidos no país”, dando à empresa o poder de “definir as condições, volumes e preços tanto para o mercado interno como para a exportação e a industrialização”. Dá prazo de 180 dias para que as empresas assinem contratos com as novas condições – e as que se recusarem não poderão mais operar no país. Além de o Estado assu-

mir “o controle e a direção” da produção, transporte, refino, armazenagem, distribuição, comercialização e nacionalização dos hidrocarbonetos, deixa às empresas que lá permanecerem apenas 18% do valor do que produzirem. Os restantes 82% irão para o Estado ou para a YPFB.

Esse porcentual de pagamento talvez não pague os custos de operação e de amortização dos investimentos feitos pela Petrobrás. De qualquer forma, quando essa crise se prenunciou, a Petrobrás comunicou que não lhe interessava ser uma mera prestadora de serviços na Bolívia. Diante dos termos do decreto supremo, não lhe restará alternativa, a não ser transformar-se no que não queria ser – isso se quiser permanecer na Bolívia.

Vistas as coisas com realismo, depois que o governo brasileiro perdeu todas as oportunidades para demover Evo Morales da decisão de nacionalizar os recursos naturais de maneira radical – o decreto não prevê indenização para quem sair do país –, não há muito a fazer. Brasília pode esfriar as relações com a Bolívia; pode cortar todo tipo de cooperação e ajuda, inclusive nos organismos multilaterais de crédito e fomento – mas a Petrobrás terá de continuar operando na Bolívia, para garantir o fornecimento de gás. Graças ao fabuloso modelo energético da ministra Dilma Rousseff, o gás tornou-se combustível essencial para boa parte do parque industrial. E mais de metade desse gás vem da Bolívia, sem possibilidade de substituição de fornecimento a curto prazo. O Brasil tornou-se refém de várias decisões erradas – suas.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Integrante da CNBB critica Bolsa Família”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 11 de maio do corrente.

A matéria mostra que o arcebispo de Mariana e ex-presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, afirmou, com base nos dados do atual governo petista, que “os programas de transferência de renda estão atendendo a um número de beneficiários superior ao número de pobres”.

A crítica é dirigida ao cadastro do governo: “Se as famílias pobres somam 11,2 milhões e os benefícios são distribuídos para 13,4 milhões, significa que há famílias que recebem duas bolsas. É possível também, que muitas famílias não estejam recebendo as bolsas a que tem direito”.

Como segundo assunto, gostaria de manifestar a respeito das medidas emergenciais que o Governo Federal anunciou ontem para tentar diminuir o caos que atinge em cheio o nosso setor agrícola.

Não posso deixar de reconhecer o esforço do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues em socorrer os produtores rurais da crise que pesa sobre eles.

O plano safra 2006/2007 traz alívio para milhares de produtores. Principalmente para aqueles que produzem soja, algodão e arroz, que poderão renegociar suas dívidas em até 4 anos.

Logo após o anúncio do pacote federal, na noite de ontem, entrei em contato com o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, Macel Caixeta, para saber se as medidas vieram a contento.

E pela opinião que colhi junto ao representante dos produtores goianos, posso dizer que as medidas não foram as que os agricultores esperavam.

Hoje à tarde, o presidente da Faeg e demais representantes de entidades ligadas à agricultura e agroindústria de Goiás realizam assembléia para avaliar com mais cautela este pacote de medidas.

Eles querem entender qual será o impacto para o produtor que o conjunto de soluções emergenciais poderá provocar.

Segundo Macel Caixeta, outros pontos do pacote ainda não foram esclarecidos, como a fixação de um preço mínimo para a comercialização.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar que o governo só lançou mão de um pacote de R\$60 bilhões devido à pressão exercida pelo homem do campo.

Os produtores rurais se mobilizaram e se mantiveram firmes na postura de mostrar que não se trata

apenas de um problema ligado à renda do produtor, mas de viabilidade da própria agricultura.

Há um ano e dois meses, exatamente em março de 2005, estes mesmos produtores rurais do Estado de Goiás realizaram uma grande mobilização do setor contra a política agrícola do Governo Federal.

Eles queriam mostrar que a situação se agravava e exigiam medidas mais duradouras.

As dificuldades que o setor primário enfrenta extrapolaram seus próprios limites, avançando pela nossa economia, pela área social e até mesmo pela ordem pública.

Este ano, mais uma vez, a mobilização foi intensa, e contaminou outros setores, como caminhoneiros, portuários, comércio e indústria.

Os produtores já vinham avisando que se o governo não adotasse políticas agrícolas permanentes, consistentes e de longo prazo, a situação tenderia ao caos.

A agricultura praticamente chegou ao fundo do poço.

Espero que, de agora em diante, haja maior compreensão por parte do governo de que a crise na agricultura provoca um efeito dominó na economia do País.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo, afirmou ontem, que o pacote não foi mais abrangente devido à miopia governamental.

Concordo com o presidente da CNA.

O Governo Federal só age sob pressão. Foi necessário que houvesse protestos de norte a sul deste País para mostrar o grau de insatisfação no campo.

Mas, quero destacar que, apesar dessa crise, o Centro-Oeste ainda responde por 32,9% da produção de grãos do País, o que representa 39,8 milhões de toneladas.

E é esta força que os produtores brasileiros demonstram durante todo ano e todos os anos, apesar de o governo mostrar tamanha insensibilidade para seus problemas, que é preciso destacar sempre.

Esperemos que as autoridades federais aprendam com mais esta lição que medidas não se tomam apenas quando as situações chegam ao limite.

É preciso planejar para governar.

Obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

IGREJA

Integrante da CNBB critica Bolsa Família

D. Luciano diz que há mais beneficiados que pobres

José Maria MayrinkENVIADO ESPECIAL
INDAIATUBA

O arcebispo de Mariana, d. Luciano Mendes de Almeida, membro da Comissão Episcopal para o Mutirão de Superação da Miséria e da Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), advertiu que está na hora de o governo aperfeiçoar os programas de transferência de renda no Brasil.

“É preciso, por exemplo, criar mais empregos para quem não tem estudo, dando um passo adiante na distribuição de recursos de programas sociais de emergência, como o Bolsa Família, o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que devem ser considerados provisórios”, disse d. Luciano, em entrevista coletiva, na Assembleia-Geral dos bispos, em Itaici, município paulista de Indaiatuba.

O arcebispo de Mariana e ex-presidente da CNBB afirmou, com base em dados do governo analisados pelo programa Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que os programas de transferência de renda estão atendendo a um número de beneficiários superior ao número de pobres.

“Se as famílias pobres somam 11,2 milhões e os benefícios são distribuídos para 13,4 milhões, significa que há famílias que recebem duas bolsas”, observou d. Luciano. A solução seria fazer um recadastramento dos beneficiários. É possível também, se-

gundo o arcebispo, que muitas famílias não estejam recebendo as bolsas a que teriam direito.

Esses valores se referem a cinco programas – Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Somados a mais cinco programas – Ponto de Cultura, Benefício de Prestação Continuada, Erradicação do Trabalho Infantil e Projeto Agente Jovem –, o total de famílias atendidas sobe para 17,5 milhões.

“O volume total de recursos investidos pelo governo federal ultrapassa R\$ 21,8 bilhões, uma soma fabulosa que socorre cerca 44 milhões de brasileiros, no caso de 13,4 milhões de famílias, ou 70 milhões, no caso de 17,5 milhões de famílias”, calculou d. Luciano. São números positivos que, por isso mesmo,

têm de ser bem checados para se saber se os recursos são bem aproveitados.

D. Luciano elogiou os resultados obtidos pelo governo na proteção à vida das crianças, no período de 1985 a 2004, quando o índice de mortalidade infantil caiu de 66,5 mortos em cada 1.000 crianças para 26,6. “Nenhum país do mundo fez isso”, observou o arcebispo de Mariana, creditando boa parte do mérito à Pastoral da Criança, coordenada pela médica Zilda Arns, na CNBB, em parceria com o Ministério da Saúde.

O bispo de Jales, d. Demétrio Valentini, presidente da Caritas – programa católico de solidariedade e promoção humana, que está comemorando 50 anos no Brasil – reforçou a necessidade de a Igreja dar ênfase ao campo. ●

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC.Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Vergonha em Viena”, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 14 de maio de 2006.

“Assolada por uma onda nacionalista e populista, a América do Sul assiste ao enfraquecimento de suas instituições multilaterais. Está claro que os governos Lula e Chávez têm projetos diferentes de integração regional, e essa divisão só agrada a quem torce pela vitória do subdesenvolvimento.”

Há um retrocesso em nossa política externa. Os fiascos se repetem e constroem toda a nação. O Presidente Lula, vaidoso, é o único que não percebe.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VISÃO DO CORREIO

Vergonha em Viena

O final melancólico da 4ª Cúpula América Latina e Caribe-União Européia mostrou que o oceano de diferenças entre as duas regiões está cada vez mais turbulento. O encontro de chefes de Estado, de governo e de representantes de 58 países em Viena foi completamente dominado pelo caos político no qual a América do Sul mergulhou nas últimas semanas. Líderes das 25 nações do bloco europeu assistiram estupefatos a um lamentável festival de acusações, troca de farpas e desencontros entre os colegas latinos.

No comando da frente extremista estiveram o venezuelano Hugo Chávez, o boliviano Evo Morales e o vice-presidente cubano, Carlos Lage. Chávez escolheu como alvo o peruano Alejandro Toledo, que assinou há poucos dias um tratado de livre comércio com os Estados Unidos. Morales atacou a Petrobras ferozmente na quinta-feira, mas depois baixou o tom da retórica nacionalista e abriu caminho para o diálogo. Lage afirmou que nunca América Latina e União Européia (UE) chegarão a um acordo, pois a prioridade do Velho Continente seria a relação com os EUA.

Talvez o cubano esteja certo na previsão, mas não na explicação. Dirigentes europeus já prenunciavam o fracasso da cúpula desde o mês passado: no comércio, a arena de debates é a Rodada de Doha; e no campo político, ninguém sabe o que esperar dos sul-americanos. Como negociar com uma Comunidade Andina de Nações (CAN) que, para a Venezuela, já foi extinta? Como negociar com um Mercosul que, de uma hora para outra, pode não contar mais com Uruguai e Paraguai?

Assolada por uma onda nacionalista e populis-

ta, a América do Sul assiste ao enfraquecimento de suas instituições multilaterais. Está claro que os governos Lula e Chávez têm projetos diferentes de integração regional, e essa divisão só agrada a quem torce pela vitória do subdesenvolvimento. Em vez de progredirem no debate de temas concretos com os presidentes latino-americanos, os europeus se viram forçados a reforçar os apelos por responsabilidade e prudência aos governantes.

O retrocesso no diálogo entre os dois lados do Atlântico é nítido. As duas primeiras cúpulas América Latina e Caribe-UE, em 1999 e 2002, foram dominadas por uma expectativa de aproximação que se perdeu nas edições seguintes, em 2004 e agora em 2006. O debate travado sobre a questão dos subsídios agrícolas europeus, somado ao confuso panorama político sul-americano, impedem qualquer tentativa de aprofundamento nas relações.

Nesse cenário de instabilidade, todos saem perdendo. A retórica de Chávez e Morales é mal vista entre autoridades da UE, que buscam na cooperação com a América do Sul uma forma de limitar a influência dos EUA e, claro, garantir a segurança de seus investimentos nas antigas colônias.

Analistas políticos europeus destacaram que Lula passa por um dilema: impor seu ideal de integração sul-americana sem agravar o confronto com os presidentes da Venezuela e da Bolívia. Depois de fiascos diplomáticos como a candidatura à presidência da Organização Mundial do Comércio e a campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é um teste no qual o Itamaraty não pode falhar.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Senadores, sinto-me honrado de poder retornar a esta Casa e ter o imenso prazer de reencontrá-los.

Mas volto, Sr. Presidente, em um momento difícil para a vida política de nosso País, ao presenciar o assalto ao dinheiro público, o desvirtuamento das instituições, a fragilidade das leis e da Justiça, a inoperância dos núcleos de decisão, e a explosão do crime organizado, levando a intranquilidade ao povo, tornando a vida do brasileiro mais difícil.

No meu caso, quis o destino que ao homem político se juntasse o homem empresário, o que me permite uma ampla visão de conjunto da realidade brasileira. E esta visão tem me preocupado grandemente.

Isso porque, enquanto são renovadas a cada dia as denúncias de corrupção, de desvio do dinheiro público e da fragilidade dos órgãos de segurança em face do crime organizado, como vimos à pouco na cidade de São Paulo, o operário teme pela manutenção de seu posto de trabalho e o homem do campo não tem meios de saldar suas dívidas com bancos que desenvolvem políticas de crédito implacáveis.

Enquanto a corrupção atinge níveis nunca antes verificados na vida política brasileira, um contingente enorme de jovens não tem acesso ao primeiro emprego.

Os empregadores estão atados a uma legislação anacrônica, sufocados por uma carga tributária perversa, e a mais das vezes impossibilitados do acesso ao crédito que somente é possível com o sacrifício inevitável de seus empreendimentos.

É tão urgente a adoção de uma visão empreendedora dos negócios brasileiros quanto é urgente que

se erradique das práticas políticas e governamentais a praga da corrupção.

Sabemos todos que mesmo as melhores leis não são barreiras quando o homem quer delinquir. Mas outros povos conseguiram, senão erradicar a corrupção, reduzi-la ao mínimo. Os acontecimentos recentes servem, ao final, para inspirar esta Casa a criar mecanismos modernos e eficazes para isso.

Mas não bastassem as agruras no campo interno, temos que enfrentar o desafio de recuperar a posição que nos é devida no âmbito das relações internacionais, e que perdemos, sem dúvida, com os acontecimentos na Bolívia.

Momentos em que todos os brasileiros esperam uma resposta mais firme das autoridades Brasileiras, autoridades de um País, em fim, com natural vocação de liderança no continente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao reasumir no Senado da República o mandato honroso que me é cometido, reafirmo o meu compromisso inarredável de defesa dos interesses, não só do meu povo capixaba, mas, republicanamente, de todos os brasileiros.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 47 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO)²	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS